



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

FABIANA BANDEIRA DOS SANTOS

**A LINGUAGEM DO JORNALISMO ECONÔMICO IMPRESSO
COMO DISCURSO SOCIAL**

Brasília
2015

FABIANA BANDEIRA DOS SANTOS

**A LINGUAGEM DO JORNALISMO ECONÔMICO IMPRESSO
COMO DISCURSO SOCIAL**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de
Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito
para obtenção de Certificado de Conclusão de
Curso de Pós-graduação em Revisão de Texto.

Orientador: Ma. Denise Silva Macedo

Brasília
2015

FABIANA BANDEIRA DOS SANTOS

**A LINGUAGEM DO JORNALISMO ECONÔMICO IMPRESSO
COMO DISCURSO SOCIAL**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Revisão de Texto.

Orientador: Prof^a. Ma. Denise Silva Macedo

Brasília, ____ de _____ de ____.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Nome completo

Prof. Dr. Nome completo

DEDICATÓRIA

É para meu marido, Antonio Nascimento Junior, que dedico este trabalho. Hoje, meu maior incentivador na contínua caminhada pelo crescimento acadêmico e profissional.

AGRADECIMENTO(S)

À minha orientadora, profa. Dra. Ma. Denise Silva Macedo, pelo conhecimento e generosidade, sem os quais este trabalho não existiria.

À minha amiga, Vanessa Oliveira, pelo apoio e contribuições nessa pesquisa.

Ao meu marido, Antonio Junior, pelo incentivo e paciência nos momentos de ausência.

E ao meu filho, Lucas Nascimento, minha maior inspiração para todas as conquistas dessa vida.

“a desordem monetária, que desde 1972 vem destruindo moedas nacionais e solapando a cultura do dólar, fez da economia o núcleo temático do noticiário jornalístico deste final de século, deslocando conflitos políticos para um segundo plano”.
(Kucinski, 1996, p. 14)

RESUMO

Este trabalho objetiva levantar as peculiaridades linguísticas e estruturais do gênero jornalismo econômico impresso. Esse estudo do noticiário econômico escrito revela que a produção de conteúdo promove uma série de ideologias, além de poder apresentar estrutura textual comprometida, o que se revela por meio da revisão textual. Atualmente, em um momento de grande crise econômica mundial, apenas uma pequena parte seleta da população consegue entender, de forma concreta, o que ocorre no mundo econômico. A linguagem econômica ainda é matéria privilegiada e hierarquizada. Entretanto, essa área é de extrema importância para a sociedade porque interfere diretamente na vida cotidiana das pessoas. Na contemporaneidade, a comunicação de massa é a principal forma de informação sobre o tema. Em outras palavras, a maior parte da população brasileira obtém informações econômicas, principalmente, por meio da televisão aberta, do rádio, da internet e dos jornais impressos. Contudo, é no jornalismo impresso que a população pode encontrar abordagens mais profundas sobre pautas relacionadas à economia. Dos grandes veículos de comunicação, o jornalismo escrito é o que aborda, com maior profundidade, os temas sociais porque é produzido com mais tempo e não considera o imediatismo da leitura um aspecto relevante. A fonte do jornalismo econômico se baseia, predominantemente, em análises feitas por renomados economistas brasileiros e por magazines internacionais. O jornalismo trabalha com uma linguagem extremamente técnica e rebuscada, além de ter de usar, periodicamente, a tradução, principalmente do inglês, para conseguir as informações mais importantes sobre a temática. Portanto, partindo do pressuposto de que o jornalismo tem a função básica de informar a realidade para a sociedade de forma clara, alcançando todos os tipos de público, este estudo visa a analisar dez textos jornalísticos de assuntos econômicos, retirados de renomados jornais impressos de grande circulação no país para investigar se tal intenção é alcançada. A metodologia utilizada foi a análise das matérias de acordo com os pressupostos da Análise do Discurso Crítica e da Revisão Textual. Assim, com este trabalho, concluiu-se que as matérias jornalísticas econômicas caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais, as quais são objeto de estudo desta pesquisa.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Revisão. Jornalismo Econômico. Sociedade.

ABSTRACT

This work aims to raise the linguistic and structural peculiarities of the printed economic journalism gender. This printed economic journalism study reveals that the content production promotes a lot of ideologies, besides it can present compromised textual structure, which is revealed through the textual revision. Nowadays, in a time of huge global economic crisis, only a small select piece of the population understand, concretely, what is going on in the economic world. The economic language is still a privileged and hierarchical matter. However, this area is extremely important for society because it interferes directly on people's daily life. Today, the mass media is the main information form about the subject. In other words, most part of the Brazilian population obtains economic information, mainly, through broadcast television, radio, Internet and newspapers. Nevertheless, it is in printed journalism that people can find deeper approaches to guidelines related to the economy. Among the major media, written journalism is addressing, in more depth, social issues because it is produced with more time and does not consider the reading immediacy an important aspect. The source of economic journalism is based, predominantly, on analysis made by renowned Brazilian economists and by international magazines. Journalism works with a highly technical and elaborated language, and also have to use, regularly, the translation, especially in English, to get the most important information about the subject. Therefore, assuming that journalism has the basic function to inform clearly the reality to the society, reaching all kinds of audiences, this study aims to analyze ten journalistic texts about economic issues, drawn from renowned Newspapers of great circulation in the country to investigate if this intention is achieved. The methodology used was the analysis of materials according with the assumptions of Critical Discourse Analysis and Textual Review. Then, in this work, it was concluded that the economic journalistic articles are more characterized by their communicative, cognitive and institutional functions than by their linguistic and structural peculiarities, which are a object of study of this research.

Keywords: Discourse Analysis. Review. Economic Journalism. Society.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 A ECONOMIA	11
1.1 O surgimento da economia e da linguagem econômica	11
1.2 O texto jornalístico como fonte de informação econômica	13
2 ANÁLISE DO DISCURSO	16
2.1 Teoria Social do Discurso: algumas considerações	16
2.2 Relação entre linguagem e sociedade	19
3 REVISÃO DE TEXTO	23
3.1 Revisão de texto no jornalismo econômico	23
4 METODOLOGIA DE PESQUISA	27
4.1 Panorama geral das reportagens / O corpus / Análise de dados	27
4.2 O vocabulário	28
4.2.1 Vagueza e Ambiguidades	30
4.2.2 Metáforas	34
4.3 A gramática	39
4.4 Estrutura Textual	41
4.4.1 Neologismos no discurso	43
4.5 A ideologia marcada no jornalismo econômico	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
ANEXO A – Matéria 1	54
ANEXO B – Matéria 2	55
ANEXO C – Matéria 3	56
ANEXO D – Matéria 4	57
ANEXO E – Matéria 5	58
ANEXO F – Matéria 6	59
ANEXO G – Matéria 7	60
ANEXO H – Matéria 8	61
ANEXO I – Matéria 9	62
ANEXO J – Matéria 10	63

INTRODUÇÃO

Poucas pessoas dizem entender sobre economia porque o assunto é considerado complexo e de difícil assimilação frente aos assuntos da vida diária. Em geral, essa é uma pauta restrita a especialistas, a profissionais de finanças e de governo e depende de estatísticas, de gráficos e de fórmulas.

Atualmente, período em que o mundo passa por uma crise econômica, a pauta econômica aparece com mais frequência nas discussões populares e nos veículos de comunicação. Entretanto, a população, em sua maioria, costuma apenas ter opiniões imediatas baseadas nas notícias jornalísticas que, geralmente, trazem temas relacionados ao custo de vida, a impostos, a gastos públicos e a taxas de juros. Assim, hoje, é cada vez mais importante se saber um pouco mais sobre economia. No entanto, será que a população consegue mesmo entender quando os veículos de comunicação informam sobre inflação, crise do mercado econômico, Produto Interno Bruto (PIB)?

Transmitir tais informações de forma clara para a população é o dever do jornalismo. A meta de uma reportagem é tornar a informação mais acessível e relevante para o leitor e abordar o assunto sob determinado ângulo, o que exige organizar tal informação de modo que o interlocutor a interprete. A tarefa do repórter está, portanto, em conciliar três aspectos do mesmo fenômeno: indicar o objeto, informar o que é relevante e orientar o texto em função do ângulo de abordagem.

Este trabalho visa a pesquisar se a atual linguagem do jornalismo econômico impresso está sendo construída de forma a cumprir sua função social, apontando quais recursos linguísticos estão sendo utilizados para esse fim. Mais especificamente, visa a levantar, com base em matérias de assuntos econômicos, quais recursos linguísticos são mais

comumente usados pelo jornalismo econômico impresso e quais as consequências deles em relação ao texto, assim avaliando se o discurso encontrado nas matérias se adequa a todo tipo de leitor. O objetivo maior é levantar as principais características estruturais encontradas no discurso do jornalismo econômico e também analisar como o jornalismo impresso tem transmitido a linguagem econômica para as diversas classes da população brasileira. Tais características e seus efeitos causais serão considerados à luz dos conceitos da Análise do Discurso (ADC) e da Revisão Textual porque o objetivo aqui é levantar as peculiaridades linguísticas e estruturais desse gênero textual.

A metodologia utilizada será qualitativa e constituir-se-á da análise panorâmica de matérias cotidianas publicadas em jornais de grande circulação do país. A base teórica estará respalda, principalmente, nos conceitos da Teoria Social do Discurso e da Análise de Discurso Crítica (ADC), formuladas por Norman Fairclough, e da Revisão Textual.

Este trabalho foi estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, é apresentada uma abordagem geral sobre o surgimento e importância da economia brasileira. O segundo capítulo proporciona uma análise teórica sobre o discurso, com foco nos efeitos da linguagem jornalística econômica. O terceiro capítulo exibe um pequeno resumo sobre os principais elementos da Revisão Textual que podem influenciar no discurso estudado, e o quarto capítulo foca na metodologia de pesquisa, analisando as matérias do *corpus* com o objetivo de apontar as principais características e efeitos do discurso do jornalismo econômico para a população em geral. A última seção apresenta as considerações finais.

1 A ECONOMIA

O estudo da economia é fundamental para entender o funcionamento de uma sociedade nos seus aspectos capitalistas. Assim, a economia versa sobre todas as atividades que, direta ou indiretamente, envolvem recursos, ou seja, praticamente todos os fatores essenciais para o desenvolvimento humano, como saúde, educação, política, recursos financeiros do Estado e demais atividades estruturais da sociedade. Por isso, o discurso econômico é fundamental para entender todos os processos que envolvem a economia de um país.

Na prática, os veículos de comunicação são a forma mais direta para levar essa pauta ao conhecimento das pessoas, e o jornalismo impresso oferece informações mais profundas em relação às questões econômicas do país e do mundo. Entretanto, as reportagens sobre assuntos mais técnicos como a economia são, geralmente, de compreensão difícil para o público em geral, deixando a desejar no que se refere a uma linguagem acessível, tendo em vista a importância da pauta na vida diária da sociedade.

1.1 O surgimento da Economia e da linguagem econômica

A palavra *economia* vem do grego *oikonomia*, que significa administração da casa, e passou a significar o estudo das maneiras de gerir os recursos, mais especificamente, a produção e a permuta de bens e serviços. Essa área, hoje do conhecimento humano, surgiu com a evolução das civilizações no mundo antigo, com o fornecimento de bens e serviços às populações. O escambo foi a primeira forma de negociar, tornando o comércio essencial na vida das populações. (O livro da Economia, 2013, p. 12)

A Economia moderna surgiu como disciplina específica no século XVIII, sobretudo, com o advento da Revolução Industrial. Com o surgimento das fábricas e da produção de bens em massa, veio uma nova era de organização econômica, a chamada economia de mercado. O primeiro grande pensador da economia foi o escocês filósofo Adam Smith, que publicou, em 1776, *A riqueza das nações*. A linha de pensamento de Smith era a da Economia Política. Ele afirmou que o mercado é guiado por uma mão invisível, de modo que as ações racionais de indivíduos acabam dando, à sociedade, exatamente o que ela necessita. (O livro da Economia, 2013, p. 12 e p.13)

Na segunda metade do século XX, o centro do pensamento econômico mudou da Europa para os EUA, que haviam se tornado a superpotência econômica dominante e adotavam políticas cada vez mais liberais. Depois de Smith, surgiu uma nova geração de pensadores econômicos que se concentraram apenas na economia, sem ligação com outras áreas como Política, História, Filosofia e Antropologia. A Economia passa, então, a ter ramos próprios da disciplina, sendo a macroeconomia e a microeconomia, atualmente, os mais importantes.

A economia no Brasil sempre esteve ligada à elite. Podemos dizer que o surgimento da ideia de economia nasceu da visão de Portugal em explorar nossos recursos naturais. Assim, a economia brasileira surge com uma linguagem hierarquizada, embora, teoricamente, voltada para os colonos. Logo no início do descobrimento do Brasil, tudo o que se relacionava a economia estava centralizado nas mãos da monarquia.

Entretanto, atualmente, apesar de o interesse da população em geral pelo assunto estar crescendo, o tema ainda persiste em ser mais voltado para uma parcela segmentada da sociedade. A pauta circula com mais facilidade em rodas restritas a profissionais da economia, de negócios, das finanças e do governo.

1.2 O texto jornalístico como fonte de informação econômica

De acordo com Sodré (1999), a imprensa no Brasil inicia-se na fase colonial, com a multiplicação dos textos bíblicos na Alemanha, mas foi na fase industrial que tomou proporções desmedidas com o aparelhamento dos jornais. O surgimento da classe média, a evolução tecnológica (a partir da Revolução Industrial) e a educação pública de massa impulsionaram o desenvolvimento da imprensa. A comunicação de massa, por seu turno, condensa-se por volta de 1920, logo depois da Primeira Guerra.

Na concepção de Thompson (1999), a mídia se tornou o meio mais importante para a operação da ideologia nas sociedades modernas, além de ser meio para a produção e a transmissão de conhecimentos, de ideias e de discursos. Sabemos que, atualmente, a mídia desempenha um papel fundamental e relevante no cotidiano da sociedade: o de informar e, conseqüentemente, de formar opinião, ou seja, os veículos de comunicação ocupam um espaço importante na compreensão do mundo. Podemos dizer que a imprensa, por meio de seus discursos, indica os rumos que uma sociedade pode tomar, sendo de tal força, que influencia nossas atitudes e vidas.

Pode-se dizer que a população se informa sobre economia por meio das notícias veiculadas pelos meios de comunicação, e no geral, tem suas opiniões baseadas em uma reação imediata à notícia veiculada pela imprensa. Essa notícia econômica possivelmente foi pautada por análises feitas por renomados economistas e por magazines internacionais. Geralmente, os jornalistas, ao construir uma matéria de cunho econômico, contam com o auxílio de fontes técnicas, internacionais e dependentes de estatísticas, gráficos e fórmulas.

Por isso, matérias de cunho econômico são, geralmente, de difícil compreensão para o público em geral e exige, do escritor/jornalista, grande habilidade na produção de um texto de qualidade, de linguagem acessível e com informações precisas, permitindo, ao leitor,

analisar, com profundidade, todo o contorno do discurso ali envolvido. A elaboração de uma matéria econômica tem de superar o léxico peculiar da área extremamente técnica, como, por exemplo, superar os jargões do “economês”, transformando-o em uma linguagem acessível, mas mantendo as informações técnicas necessárias para o aprofundamento da informação, de forma a não deixar o texto vago ou impreciso.

Assim, há uma necessidade cada vez maior de compreender as pautas econômicas que, quase sempre, estão vinculadas a outros assuntos importantes para o desenvolvimento do país. Ou seja, direta ou indiretamente, temas como educação, saúde, trabalho e política estão ligados às questões econômicas.

Thompson (1999, p. 345) diz:

Não podemos analisar o caráter ideológico da comunicação de massa analisando apenas as características organizacionais das instituições da mídia ou as características das mensagens da mídia. Ao contrário, as mensagens da mídia devem, também, ser analisadas em relação aos contextos e processos específicos em que elas são apropriadas pelos indivíduos que as recebem.

No entendimento de Thompson, podemos inferir que o destaque dado aos meios de comunicação é preocupante e deve ser considerado com cautela, uma vez que eles também representam interesses pessoais, econômicos, políticos e ideológicos. Eles não apenas refletem opiniões, mas provocam e contribuem para a formação de visões de mundo.

Nos grandes meios de comunicação de massa – televisão, rádio, jornal impresso e internet – o texto jornalístico se difere dos outros veículos no que diz respeito à sua produção e consumo. O texto jornalístico não necessariamente requer leitura imediata e pode aprofundar detalhes sobre a pauta em questão. Por isso, este trabalho analisará matérias de jornais impressos, pois eles detêm mais informações e dados e podem ser analisados profundamente quanto à questão do discurso. A proposta aqui é lançar um olhar para o jornalismo econômico, entendendo-o também como resultante de um processo de produção,

de circulação e de consumo de sentidos, considerando todas as etapas que o constituem como interligadas que resultam na produção de discursos.

2 ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA

O foco da Análise do Discurso Crítica (ADC) não é a linguagem como estrutura ou como ação individual, mas, sim, a linguagem como prática social. De acordo com Fairclough (2003, p. 24) a linguagem é um elemento do social em todos os níveis: da estrutura social, das práticas sociais e dos eventos sociais.

Textos como elementos de eventos sociais têm efeitos causais – ou seja, acarretam mudanças (...) em nosso conhecimento (...), em nossas crenças, atitudes, valores (...) (RESENDE, 2009, p. 23).

No que diz respeito ao jornalismo econômico, é importante refletir sobre quais os principais efeitos do discurso desse gênero textual e quais os reflexos que ele pode ter em relação às pessoas que se valem desses discursos por meio dos jornais.

2.1 Teoria Social do Discurso: algumas considerações

Halliday (1978. p.27) considera que os textos, simultaneamente, representam a realidade, ordenam as relações sociais e estabelecem identidades. Pela Teoria Social do Discurso, formulada por Fairclough, pressupõe-se que o texto jornalístico, como outros textos, é resultante de um processo de produção, de circulação e de consumo de ideias, no qual todas as etapas que o constituem e por ele são constituídas estão interligadas em um processo de construção discursiva. Para Fairclough (2001, p. 91),

o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (...) o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas.

De acordo com Fairclough (2001, p. 90),

o discurso considera o uso de linguagem como forma da prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais (...) o discurso é um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros como também um modo de representação.

Fairclough (2001) chama a atenção para um fator interessante ligado à ADC, que é a tendência de se considerar a linguagem transparente, como, por exemplo, em entrevistas. Havia uma tendência em acreditar que o conteúdo social de tais dados podia ser lido sem atenção à própria linguagem e, acresço, ao contexto. Entretanto, segundo ele, tais mudanças e atitudes estão mudando, os limites entre as ciências sociais estão enfraquecendo, e uma maior diversidade de teoria e de prática vem se desenvolvendo nas disciplinas, o que alia análises linguísticas a outros aspectos da vida social, materializando o caráter transdisciplinar da ADC. Tais mudanças têm-se feito acompanhar por uma virada linguística na teoria social, cujo resultado é um papel mais central conferido à linguagem nos fenômenos sociais.

Ainda de acordo com Fairclough (2001, p.31),

a abordagem crítica do conceito de discurso é moldado por relações de poder e ideologias, bem como pelos efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença.

A análise de um discurso particular como exemplo de prática discursiva focaliza os processos de produção, de distribuição e de consumo textual. Todos esses processos são sociais e exigem referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado. “Nunca se fala sobre aspectos de um texto sem referência à produção e\ou a interpretação textual.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 99 e p.102)

Os textos são feitos de forma que a prática discursiva passada, condensada em convenções, dota-se de significado potencial. O significado potencial de uma forma é geralmente heterogêneo, um complexo de significados diversos, sobrepostos e, algumas

vezes, contraditórios, de forma que os textos são, em geral, altamente ambivalentes e abertos a múltiplas interpretações. Os intérpretes, geralmente, reduzem essa ambivalência potencial mediante opção por um sentido particular, ou por um pequeno conjunto de sentidos alternativos. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 103). Assim, os textos apresentam resultados variáveis de natureza tanto extradiscursiva, como discursiva, ou seja, de acordo com a ADC, é importante abordar a linguagem em termos crítico-realista de causa e seu efeito no mundo porque alguns textos conduzem a guerras ou à destruição de armas nucleares; outros levam as pessoas a perder o emprego ou a obtê-lo; outros ainda modificam as atitudes, as crenças ou as práticas das pessoas. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 108)

Em meio a esses textos, está o texto jornalístico que, geralmente, é construído para informar e também para balizar os leitores na tomada de decisões. Por meio do texto jornalístico, o leitor conhece os fatos, faz julgamento e interpretação e até toma posição sobre esses fatos. Além disso, a transmissão das informações jornalísticas pressupõe a relação da linguagem com a realidade. Desse modo, podemos dizer que a produção de um texto jornalístico econômico é uma atividade que decorre de um discurso e que figura nas questões de forma e de significado, sendo aberto a várias interpretações. Podemos também considerar o texto jornalístico como um discurso que pode mudar o contexto social.

Por veicular grandes volumes de informações e influenciar a opinião pública, é cada vez mais necessário que o leitor passe a analisar o texto jornalístico com mais profundidade e que o autor se valha do discurso para obter maior eficácia com seu texto no sentido de informar. Portanto, podemos dizer que o jornalismo econômico não pode ser pensado de forma isolada. Nele, estão envolvidos interesses econômicos, eixos de poder, ideologias e interpretação de diversas formas. Além disso, a ordem sociolinguística de uma sociedade pode ser estruturada ao menos parcialmente como um mercado em que os textos

são produzidos, distribuídos e consumidos como “mercadorias” ou “indústrias culturais”, conforme Bourdieu (1982, p. 94).

Os textos econômicos são de extrema importância, uma vez que a economia de um país é um fator social relevante para o desenvolvimento de uma sociedade: “a desordem monetária, que desde 1972 vem destruindo moedas nacionais e solapando a cultura do dólar, fez da economia o núcleo temático do noticiário jornalístico deste final de século, deslocando conflitos políticos para um segundo plano” (KUCINSKI, 1996, p. 14). Daí surge a grande necessidade de uma parcela maior de cidadãos entenderem, de forma clara e real, o que ocorre com a economia no mundo e, principalmente, no caso deste estudo, no Brasil.

2.2 Relação entre linguagem e sociedade

De acordo com Rodrigues (1994, p. 196):

Hoje, os novos *media* parecem anular as próprias distâncias, graças à instantaneidade da difusão da informação. Não é sequer necessário hoje deslocar-nos para entrarmos em contato com povos e culturas distantes, para conhecermos a sua própria experiência do mundo e para estabelecermos com eles relações intensas e permanentes; uma simples ligação às redes telemáticas parece trazer-nos o mundo inteiro ao domicílio e pô-lo ao nosso alcance.

Diante dos conceitos já estudados, podemos dizer que o jornalismo é produzido, circula e é consumido sob a lógica de um mercado simbólico. Desta maneira, negocia espaço e articula sentidos na tentativa de conquistar, para si, a condição de principal construtor da realidade.

A questão que deve ser estudada aqui é exatamente esse conceito de realidade. Tratando-se de texto jornalístico, devemos buscar algum aspecto que seja, pelo menos por hipótese, verdadeiro, tendo em vista a dificuldade de se apontar, de fato, o que é realidade. É necessário analisar a natureza dos diversos conceitos de realidade no contexto da linguagem,

pois não se pode negar a existência dela, mas, sim, questionar como a realidade atua no mundo constituído pelo usuário da linguagem. É senso comum dizer que a linguagem está, sim, relacionada com a realidade. Contudo, temos de analisar se uma palavra corresponde ou não aos fatos, tendo em vista que uma só palavra pode ter vários significados e que esses significados podem relacionar-se com diversas outras palavras.

A área econômica, especificamente, possui uma linguagem especializada, e a notícia precisa fazer referência aos fatos, de modo a substituir termos técnicos por expressões de fácil compreensão. As matérias econômicas, geralmente, utilizam descrições definidas que, na área econômica, devem ser analisadas à luz do pensamento de Bakhtin (1992). Segundo ele, todo signo é carregado de ideologia e traz consigo uma posição axiológica do indivíduo em relação ao que se refere. Por exemplo, dizer “negro” não é o mesmo que dizer “afro” quando nos referimos a um indivíduo de pele escura e em contextos diferentes. Assim, buscamos analisar o que estaria implícito nas escolhas lexicais do jornalismo econômico.

Fairclough (2001, p. 14) diz:

Minha motivação em levantar essas questões é a crença de que textos têm consequências e efeitos sociais, políticos, cognitivos, morais e materiais, e de que é vital compreender esses efeitos se pretendemos levantar questões políticas e morais a respeito das sociedades contemporâneas.

Essa visão do autor pode ser relacionada ao texto jornalístico. Uma notícia nunca é totalmente imparcial, como um retrato fiel da realidade. Isso acontece porque a notícia depende do jornalista, da sua concepção do mundo, do seu momento histórico e de outros fatores que alteram o seu ângulo de visão e interpretação de cada acontecimento.

O que é lido no jornal, muitas vezes, é tido como verdade. Uma versão dos fatos é apresentada e, por vezes, é aceita pelo leitor sem questionamentos. No caso do jornalismo, são muitas vezes as palavras que permitem, ao leitor, a criar uma opinião sobre determinado assunto. Esse fato nos leva a refletir sobre a influência da linguagem na realidade social.

Dessa forma, a relação entre discurso e estrutura social tem natureza dialética, resultando do contraponto entre a determinação do discurso e sua construção social. No primeiro caso, o discurso é reflexo de uma realidade mais profunda, no segundo, ele é representado, de forma idealizada, como fonte social. A constituição discursiva de uma sociedade decorre de uma prática social que está, seguramente, arraigada em estruturas sociais concretas (materiais), e, necessariamente, é orientada para elas e não para um jogo livre de ideias na mente dos indivíduos.

Fairclough (1995) defende o discurso como prática política e ideológica. Como prática política, o discurso estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas em que existem tais relações. Como prática ideológica, o discurso constitui, naturaliza, mantém e também transforma os significados de mundo nas mais diversas posições das relações de poder. Assim, a linguagem jornalística carrega todo o conhecimento e as ideologias do escritor, como aponta a ADC que, em linhas gerais, traz uma abordagem científica transdisciplinar para estudos que se ocupam de alguma forma com a linguagem como prática social, que não apenas é constituída socialmente, como também é constitutiva de “identidades, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença”. (FAIRCLOUGH, 1995, p.131)

Este estudo ilustra a preocupação em abordar a linguagem jornalística econômica em termos crítico-realistas de causa e efeito no mundo, segundo a lógica relacional/dialética da análise crítica porque qualquer prática, segundo Fairclough (2003), com base em Harvey (1996), envolve ação e interação; relações sociais; pessoas (com crenças, valores, atitudes, histórias etc.); mundo material e discurso. Assim, podemos dizer que a ADC enxerga, no jornalismo econômico, o texto como o principal material empírico para análise, mas a “atividade científica deve estar também comprometida com níveis mais profundos, suas

entidades, estruturas e mecanismos (visíveis e invisíveis) que existem e operam no mundo”.

(BHASKAR, 1989, p.12). Para Fairclough (2003, p.14),

A análise textual é inevitavelmente seletiva: em toda análise, escolhemos responder a determinadas questões sobre eventos sociais e textos, e não a outras questões possíveis. Há sempre motivações particulares na escolha de certas questões sobre textos e não outras. [...] Não existe análise ‘objetiva’ de um texto, pois não é possível descrever simplesmente ‘o que está lá’ sem a participação ‘tendenciosa’ da ‘subjetividade’ do analista. [...] nossa capacidade de saber ‘o que está lá’ é inevitavelmente limitada e parcial, e a questão que procuramos responder deriva necessariamente de motivações particulares.

Nesse sentido, a revisão de texto pode ser uma grande aliada no correto entendimento do leitor.

3 REVISÃO DE TEXTO

É comum nos depararmos com erros encontrados nos jornais periódicos. Deslizes gramaticais, parágrafos incompletos, frases sem sentido e incoerências aparecem todos os dias e poderiam ser evitados com uma boa revisão textual, cuja função, além de procurar falhas gramaticais ou da norma culta, também é dar sentido ao que é dito. Porém, por mais que a estrutura jornalística ofereça a possibilidade da revisão, não é o que sempre ocorre nas redações. Muitos textos são produzidos de forma impensada pelo jornalista ou de forma acelerada em função da urgência na publicação.

A linguagem jornalística deveria ser uma preocupação constante das pessoas envolvidas em tais meios de comunicação, pois o objetivo dos jornais, além de simplesmente informar, é oferecer informação acessível, eficiente e crível. Essas características são obtidas por meio de um texto de qualidade, com coerência e clareza dos dados. Uma notícia mal elaborada pode ter consequências nem sempre positivas, por conta de um erro de informação, de uma frase mal colocada ou de uma expressão mal utilizada.

3.1 Revisão de texto no jornalismo econômico

O jornalismo econômico, com sua linguagem rebuscada, em um primeiro momento, parece soar com perfeição, mas, geralmente, apresenta um discurso incompreensível para a maioria dos leitores. A revisão de texto pode ser uma grande aliada no objetivo de trazer clareza a esse gênero textual, por exemplo, identificando termos complexos ou palavras confusas e abstratas que são recorrentes no jornalismo econômico e que acabam prejudicando a mensagem em vez de esclarecê-la.

A tarefa de revisar um texto, além de corrigir regras gramaticais, é tornar sua mensagem entendível e convincente para os seus leitores. Esse trabalho do revisor exige

tempo e disciplina, ações pouco valorizadas nas redações jornalísticas. De acordo com Malta (2000, p. 15):

a ausência do revisor na retaguarda das redações, aliada à rapidez de veiculação das notícias são as responsáveis pelos laburdos que encontramos diariamente nos jornais’.

Estabelecendo um diálogo entre a ADC e a Revisão Textual, retomo Fairclough (2001) que, na análise textual, adota sete itens a serem observados em duas dimensões distintas. A primeira dimensão é o texto, no qual a análise pode ser organizada em quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. A segunda dimensão é a análise da prática discursiva, composta por três partes: a força dos enunciados, a coerência e a intertextualidade dos textos.

A análise do **vocabulário** refere-se à significação de palavras (aspectos políticos e ideológicos do léxico), ao sentido das palavras e às metáforas utilizadas. Na acepção geral do termo, **gramática** refere-se ao conjunto de regras de uma língua. Segundo Perini (2007, p. 21), "descrever as formas da língua (isto é, fonologia, morfologia e sintaxe) e explicitar o relacionamento dessas formas com o significado que veiculam (semântica) são os objetivos de qualquer gramática". Além disso, na gramática, são observados os modelos e as estruturas das orações, atentando-se para a construção de identidades sociais, de relações sociais e de conhecimento e crença.

A função da **coesão** é mostrar de que forma as orações e os períodos estão interligados no texto. De acordo com Fairclough (2001), a coesão deve ser interpretada como parte do processo de construção textual. A **estrutura textual** aborda o planejamento do texto. O modo como os elementos são combinados pode contribuir para a construção do eu ou de identidades sociais. A **força** dos enunciados depende dos tipos de fala por eles constituídos. O contexto é importante para se interpretar a força de um enunciado. A **coerência** retrata o sentido do texto. Fairclough (2001, p. 171) diz:

os textos postulam sujeitos intérpretes e implicitamente estabelecem posições interpretativas para eles que são ‘capazes’ de usar suposições de sua experiência anterior, para fazer conexões entre os diversos elementos intertextuais de um texto e gerar interpretações coerentes. Não se deve entender com isso que os intérpretes sempre resolvam plenamente as contradições de textos.

A **intertextualidade** analisa as relações de um texto considerando outros que lhe são recorrentes.

Para os fins deste estudo, importa analisar os itens que mais interferem no discurso do jornalismo econômico: o vocabulário, a gramática e a estrutura textual/coerência. É comum encontramos, no jornalismo econômico, erros ou falhas no uso ou na estrutura desses itens linguísticos, os quais afetam diretamente o entendimento da linguagem econômica pelos leitores.

Levando-se em conta a relevância das pautas econômicas para a sociedade, os jornais deveriam se preocupar mais em oferecer informações claras, detalhadas e corretas, respeitando todos os tipos de leitores. Por isso, seria muito importante o trabalho do revisor nos textos de matérias econômicas. Esse cuidado da revisão textual em diminuir a quantidade de erros gramaticais ou ortográficos e em dar sentido e coerência ao texto é fundamental e indica maior preocupação com a transmissão da notícia e, principalmente, com o entendimento do leitor.

Podemos considerar o jornalismo o principal elo de comunicação entre a economia e a população. Por isso, as empresas jornalísticas, bem como os jornalistas deveriam ter mais consciência de que trabalham com informação de massa e que a qualidade de um texto está indissociavelmente ligada ao correto e respeitoso uso da língua. Assim, a presença de revisores nas redações seria uma forma de manter a qualidade do texto, facilitando o entendimento das matérias.

Além disso, em qualquer gênero textual, a revisão de texto deve, inclusive, aparar os traços ideológicos impregnados na maioria das matérias, ou seja, o revisor tem de considerar também questões ideológicas, pois o que o jornalismo veicula tem impacto direto na forma como o mundo é visto e entendido. De acordo com Thompson (1995, p. 76): “Estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”. Assim a revisão de texto deve ter uma visão crítica, levando em consideração os aspectos gramaticais escritos, a construção de sentido e seus efeitos discursivos no contexto social.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia utilizada no presente trabalho será qualitativa e constituir-se-á da análise de dez reportagens econômicas de renomados jornais do país. O objetivo é apontar as características linguísticas que mais se sobressaem nesse gênero textual. Essa é uma tarefa necessária para situar o universo do discurso do jornalismo econômico em relação às abordagens teóricas desenvolvidas ao longo dos capítulos anteriores.

Os conceitos da Teoria Social do Discurso e da Análise de Discurso Crítica (ADC), formuladas por Norman Fairclough, e da Revisão Textual compõem a principal base teórica deste trabalho, pois essas áreas se propõem a analisar, de forma crítica, a estrutura, o discurso, o poder e o controle que se manifestam por meio da linguagem desse gênero textual. Ou seja, a proposta da pesquisa descrita acima é fundamental para a análise dos efeitos do discurso econômico sob o ângulo de seus leitores.

Assim, o exame das matérias foi indicando a possibilidade de se identificar os três principais traços que interferem mais fortemente no gênero textual aqui estudado. São eles: o vocabulário, a gramática e a estrutura textual/coerência.

4.1 Panorama geral das reportagens / O *corpus*/ Análise de dados

A economia sempre exerceu um papel importante em todas as sociedades, sendo imprescindível no desenvolvimento mundial, além de estar em permanente ebulição, tornando-se palco de grande dinamismo lexical. Para investigar os efeitos causais desses textos, o *corpus* deste estudo é constituído de dez matérias econômicas retiradas dos jornais impressos: *Correio Brasiliense*, *O Globo* e *Valor Econômico*. A escolha desses veículos se

deu em função de serem jornais de grande circulação na capital do país, de público intenso e de conceito em termos de economia, respectivamente.

As matérias escolhidas foram retiradas entre os meses de julho e outubro de 2014, três meses que antecederam as eleições no país. O período foi escolhido por se tratar de um momento no qual a população parecia mais preocupada com o futuro econômico do país em ano de eleições. Além disso, todos os textos são de domingo, uma vez que os jornais impressos apresentam notícias mais completas nos cadernos especiais de fim de semana. Esta pesquisa buscou aproximar-se o mais profundamente da análise empírica desses textos jornalísticos, com a finalidade de questionar as consequências do discurso do texto econômico sob o ângulo do leitor.

4.2 O vocabulário

O vocabulário do jornalismo econômico é marcado pelo conhecido “economês”, uma linguagem praticada nos jornais que estabelece processos comunicacionais com base em termos como “superávit primário”, “curva de juros”, “contratos de câmbio”, “ações”, “derivativos”, “títulos públicos”, “dívida pública”, entre outros termos técnicos e palavras estrangeiras como *swap*, *rating* e *commodities*.

Esse vocabulário está visivelmente ligado a aspectos políticos e ideológicos, o que significa dizer que o jornalismo surgiu com o desenvolvimento das relações capitalistas, no bojo da cultura de massa, e expressa, hegemonicamente, uma série de ideologias que contornam a questão capitalista do jornalismo, ou seja, o capitalismo produziu a necessidade de um gênero de informação (jornalismo) - por meio do qual também reproduz as bases econômicas e ideológicas do sistema.

Com base nas premissas teóricas estudadas, percebemos claramente que a atividade jornalística propriamente dita anda paralelamente aos interesses econômicos políticos e ideológicos tanto das empresas de comunicação, como dos jornalistas. Entretanto, as questões capitalistas, políticas ou ideológicos não necessariamente são sinônimos de manipulação ou de alienação. Ao contrário, elas podem oferecer amplas possibilidades de uma apreensão viva e crítica da realidade social.

O vocabulário como significação de palavras (aspectos políticos e ideológicos do léxico), segundo Lage (1997), indica a existência de uma tensão entre as determinações ideológicas e manipulatórias do jornalismo e as potencialidades técnicas que ele desperta, em consonância com as necessidades de informação colocadas pela sociedade moderna. Garcia (2006, p. 175) analisa o vocabulário quanto ao sentido das palavras. Segundo ele,

a importância do vocabulário é que, se apenas o conhecimento de palavras não é suficiente para a expressão do pensamento, torna-se igualmente estulto presumir que basta estudar gramática para poder falar e escrever satisfatoriamente (...) Não obstante, quase todos nós por vício, tradição ou comodismo, achamos mais fácil e mais simples dar e mandar decorar mil e uma regrinhas gramaticais malsinadas e inúteis, que não vão muito além do mínimo indispensável ao manejo correto da língua. O que acontece é que não sobra tempo para o resto - e infelizmente é nesse resto que está o essencial.

Garcia diz ainda (2006, p. 176):

A linguagem ideal seria aquela em que cada palavra (significante) designa ou aponta apenas uma coisa, corresponde a uma só ideia ou conceito, tivesse um só sentido (significado). Como tal não ocorre em nenhuma língua conhecida, as palavras são, por natureza, enganosas, porque polissêmicas ou plurivalentes (...) O que determina o valor das palavras é o contexto.

Além disso, entender o sentido expresso no discurso do jornalismo econômico requer, entre outras habilidades, conhecimentos linguísticos capazes de diferenciar recorrentes **vaguezas e ambiguidades** encontradas nos textos econômicos. A interpretação depreende-se de uma série de fatores nos quais a familiaridade estabelecida pelo contato assíduo com a

leitura surge como fator preponderante. À medida que nos tornamos leitores praticantes, paulatinamente, desenvolvemos nossa capacidade de desvendar o sentido estabelecido em meio às entrelinhas textuais.

De acordo com Garcia (2006, p. 8), no que se refere ao vocabulário:

o mais importante é a escolha da palavra exata, de sentido específico (...) portanto, quanto mais variado e ativo é o vocabulário disponível, tanto mais claro, tanto mais profundo, e acurado é o processo mental da reflexão.

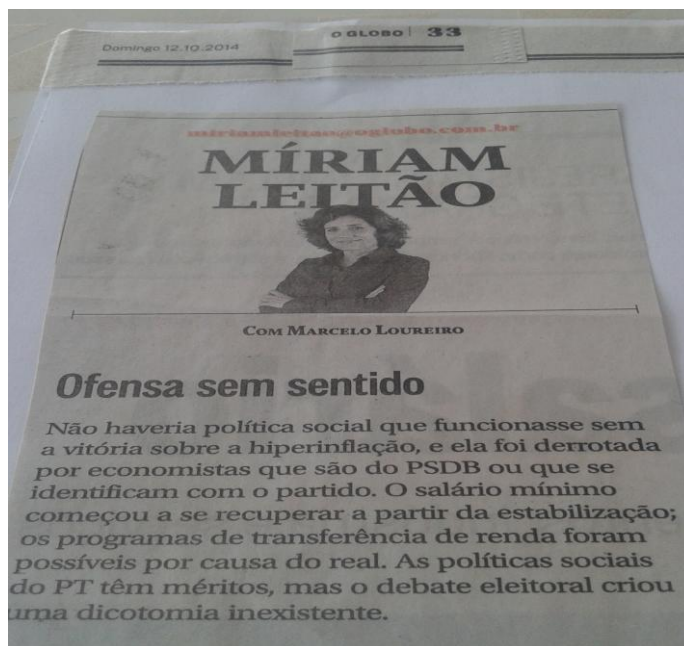
O autor analisa que a existência de similitudes no mundo objetivo, a incapacidade de abstração, a pobreza relativa do vocabulário disponível em contraste com a riqueza e a numerosidade das ideias a transmitir e ainda, o prazer estético da caracterização pitoresca constituem as motivações da **metáfora**, que interfere substancialmente o sentido do texto.

4.2.1 Vagueza e Ambiguidade

Para uma parte dos leitores, o que se lê em um jornal pode parecer completo e esclarecedor, mas, ao analisar mais profundamente um texto, podemos perceber que os termos ali postos podem confundir, iludir, enganar e persuadir o leitor. Ou seja, podemos concluir que aquilo que não é óbvio (como a vagueza e a ambiguidade) favorece a manipulação ou, no mínimo, a dúvida ou a incompreensão.

No caso dos textos analisados, foi possível encontrar mais o uso de ambiguidades referenciais, e não sintáticas, uma vez que esta é constantemente evitada por ser considerada erro gramatical. Além disso, encontramos casos de duplo sentido, além de casos recorrentes de vagueza, referentes à incompletude das sentenças.

Figura 1 – Ofensa sem sentido



Fonte: (O Globo, 12/10/14, p. 33).

Como exemplo da **ambiguidade** podemos citar o trecho acima da **matéria de número 1**, parágrafo 1 (matéria completa no anexo): “Não haveria política social que funcionasse sem a vitória sobre a hiperinflação, e ela foi derrotada por economistas que são do PSDB ou se identificam com o partido. (O GLOBO, 2014, p. 33).

O pronome “ela” tanto pode significar a política social, como a hiperinflação. Daí a ambiguidade, pois remete a mais de um significado. Verificamos que a ambiguidade, neste caso, interfere na transmissão da informação de forma a modificar o fato ocorrido. A sentença que se apresenta abre possibilidade a duas interpretações. Importante ressaltar que, quando se trata de resolver uma ambiguidade lexical, o mais importante é que o fenômeno deve ser relacionado à sentença em que a palavra ocorre e ao contexto em que o enunciado se insere, dando ao leitor a possibilidade de entender o que exatamente se quer dizer.

A **vagueza** é uma tarefa difícil de definir em um texto devido às várias concepções que lhe é dada. De acordo com Frege (1978, p. 65), a definição de um conceito

tem de ser completa; tem de determinar, de modo não ambíguo, o que exatamente ele é ou o quer dizer.

Para ele, em todo caso, a existência de vagueza na linguagem é vista como um defeito. “Um conceito que não é definido de modo exato é algo a que erradamente se chama um conceito”. Ou seja, a vagueza ocorre quando existem casos nebulosos em que a aplicação do termo não é conclusiva por falta de evidência (a evidência empírica não pode ser encontrada ou as evidências linguísticas são insuficientes, em função do modo de aquisição e de uso da linguagem).

Na análise dos dados deste trabalho, a vagueza foi analisada principalmente dentro do conceito de Russell (1923), que não distingue termos vagos e termos ambíguos, uma vez que uma expressão ambígua, intuitivamente, é uma expressão “equívoca” (com mais de um sentido). A teoria de Russell considera que todo termo de um sistema de representação deve manter uma relação unívoca com os termos do sistema representado. O conceito de vagueza, recobrindo o vago e o ambíguo, explica-se pelo pressuposto da homologia entre as estruturas lógicas e os fatos que elas representam. Uma estrutura lógica deve representar apenas um estado de coisas. Essa relação de um-a-um entre o sistema de representação e o sistema representado obedece ao postulado da determinação do sentido. Segundo Russell, quando uma expressão não se refere a apenas um fato do mundo, mas a um conjunto de fatos, ela é vaga.

Entretanto, outros autores como Black (1937), Quine (1960) e Fine (1975) tentaram diferenciar vago de ambíguo, estabelecendo, de um ponto de vista lógico, diferenças entre esses dois conceitos. Eles definem as seguintes diferenças principais:

a) a ambiguidade é um acidente, a vagueza é intrínseca à linguagem. É um acaso da evolução linguística que “manga” signifique ora uma fruta, ora uma parte de uma peça de

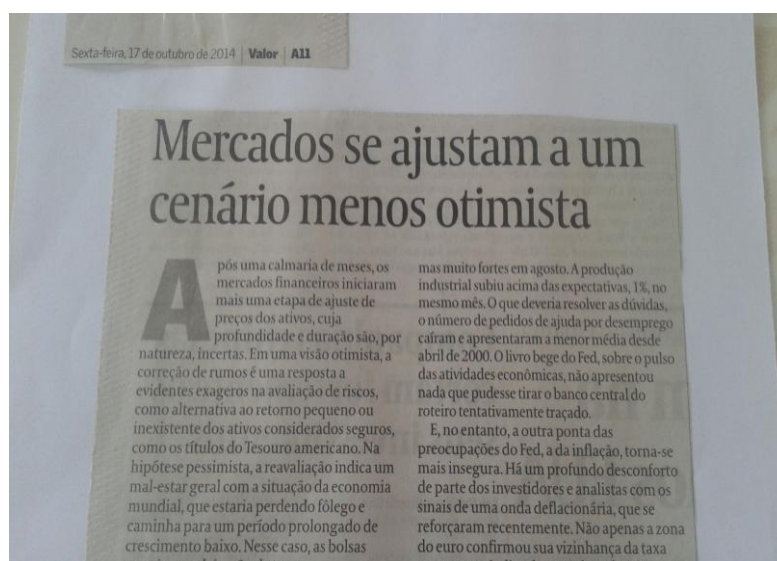
vestuário. Por outro lado, a vagueza é inerente às línguas naturais, em função das condições de percepção e de conceptualização.

b) a ambiguidade envolve apenas um certo número de palavras, ao passo que a vagueza atinge (potencialmente) todas as expressões. Porém, nem todas as palavras são afetadas da mesma forma pela vagueza. Existem graus de vagueza.

c) a ambiguidade pode ser eliminada por um processo finito de desambiguação, ao passo que a vagueza indica os modos de tomar uma expressão vaga mais precisa.

Tanto a vagueza, quanto a ambiguidade podem acarretar incoerências.

Figura 2 – Mercados se ajustam a um cenário menos otimista



Fonte: (Valor Econômico, 17/10/14, A11)

Como exemplo da vagueza podemos citar o trecho acima da **matéria de número 2**, parágrafo 1 (matéria completa no anexo): “Após uma calmaria de meses, os mercados financeiros iniciaram mais uma etapa de ajuste de preços dos ativos, cuja profundidade e duração são, por natureza, incertas.” (VALOR ECONÔMICO, 2014, A11).

Todo o parágrafo está vago. Podemos nos perguntar, por exemplo, quantos meses duraram a calmaria? O que significa o preço dos ativos? Porque a profundidade e a duração

dos preços dos ativos são incertas? Diante de todas essas incertezas, temos aqui vários termos vagos que deixam entrever inúmeras interpretações e dúvidas.

4.2.2 Metáforas

A maioria dos jornalistas busca uma prática textual que fuja da superficialidade e que humanize os fatos objetivos, buscando meios para que o leitor, já em um primeiro momento, interesse-se e se identifique com o que está no texto. Por isso, os jornalistas de matérias econômicas, recorrentemente, utilizam-se de metáforas para tentar aproximar o texto da realidade do leitor.

Lage (1997) afirma que a linguagem jornalística ideal deve conciliar comunicação eficiente com aceitação social. Conforme o autor, no jornalismo impresso, a linguagem utilizada deve ser um denominador comum para que todos os leitores possam compreender o que o jornalista diz. Tanto o menos letrado quanto o mais culto deve compreender a linguagem utilizada porque é crucial que a notícia seja entendida pelo leitor. Como o jornal é direcionando para pessoas de todas as classes sociais e de todos os níveis de escolaridade, sua escolha de palavras deve ser criteriosa e se aproximar do popular. Para tanto, as figuras de linguagem são bastante úteis.

Segundo Bastos (1997), as figuras de linguagem são recursos utilizados para imprimir mais força, vivacidade e colorido ao pensamento. Ou seja, representam recursos não convencionais que o falante ou escritor cria para dar maior expressividade à sua mensagem. As metáforas, por exemplo, são utilizadas para expressar ideias que seriam difíceis de serem explicadas de forma literal. Necchi (2007), por sua vez, aponta alguns recursos característicos do jornalismo, como a profunda observação, a imersão na história a ser contada, a fartura de

detalhes e de descrições, textos com traços autorais, reprodução de diálogos e uso de metáforas.

Nas matérias analisadas, buscou-se perceber quais as implicações que o uso metafórico pode ter para os textos econômicos, uma vez que, hoje, o uso da metaforização tornou-se tão corriqueiro que, durante a leitura, não percebemos as construções metafóricas, muito menos os efeitos delas, principalmente, no contexto da análise econômica. Por isso, há que se estudar em que medida essa ampliação de uso de metáforas é utilizada e se beneficia ou se prejudica o mais interessado no resultado final de todo esse processo, no caso, o leitor.

Fiorin (2008, p.71) define metáfora como “o emprego de uma palavra concreta para exprimir uma noção abstrata, na ausência de qualquer elemento que introduz formalmente uma comparação”.

De acordo com Lakoff e Johnson (1980, p. 45):

A metáfora é, para a maioria das pessoas, um recurso da imaginação poética e um ornamento retórico – é mais uma questão de linguagem extraordinária do que de linguagem ordinária. Mais do que isso, a metáfora é usualmente vista como uma característica restrita à linguagem, uma questão mais de palavras do que de pensamento ou ação. Por essa razão, a maioria das pessoas acha que pode viver perfeitamente bem sem a metáfora. Nós descobrimos, ao contrário, que a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos, mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza.

Para a Teoria da Metáfora Conceptual (TMC), o uso da metaforização tem o intuito de facilitar a compreensão de conceitos abstratos ou complexos, que são mais bem compreendidos em termos de domínios concretos. A TMC também deslocou a metáfora do âmbito da linguagem para âmbito do pensamento. “Outrora se tomava a metáfora apenas como uma função estilística, ornamental, mas ela não significa apenas trocar palavras, como figura de linguagem, é um recurso cognitivo” (VENEZA, 2010, p. 6), que necessita da ativação de conhecimentos para ser compreendida. Fiorin (2008, p. 86), por seu turno,

defende que a metáfora é um procedimento de construção do sentido, pois os tópicos do texto “vão se encadeando metaforicamente”.

O foco deste trabalho nas consequências do uso de metáforas nos textos do jornalismo econômico se justifica por motivos sociais e metodológicos. Importante ressaltar que algumas expressões metafóricas foram incorporadas há tanto tempo pela linguagem comum e mesmo pelo léxico oficial que perderam grande parte de seu impacto de novidade semântica, de reorganização criativa do pensamento. Em contraste, há aquelas em que o uso da terminologia científica ainda produz um choque semântico consciente, gerando novas percepções, analogias e mudanças conceituais.

Figura 3 – Hora de reencontrar a rota do crescimento



Fonte: (Correio Braziliense, 19/10/14, p.12)

Como exemplos de metáforas, podemos citar os trechos da **matéria acima de número 3**, parágrafo 1 (matéria completa no anexo): “Houve épocas em que o crescimento econômico do Brasil fazia inveja a todos (...) a economia encolheu (..) o recuo brasileiro foi menor (...) o avanço já foi todo corroído. (CORREIO BRAZILIENSE, 2014, p.12)

A metáfora, conforme Passos e Fonseca (2011), constitui uma ferramenta eficiente para a transmissão de informações e para a codificação do conhecimento cultural. Nesse sentido, as metáforas possibilitam a compreensão da informação extraída por complexos processos de experiências partilhadas culturalmente, uma forma da mídia para ampliar, semanticamente, o ato comunicativo e fazer valer seu discurso.

Para Lage (1997), as metáforas têm lugar cativo na linguagem jornalística, pois desempenham o papel importante de transformar assuntos de cunho científico em uma linguagem simples e acessível. Coimbra (1999) afirma que as restrições de tempo e de espaço levam o redator à necessidade de utilizar uma linguagem acessível ao público para comunicar ideias complexas. Com base nessas afirmações e nos resultados obtidos, é possível, então, concluir que o trabalho jornalístico, em seu fazer, tem a preocupação de conceituar metaforicamente a vida cotidiana, nos textos direcionados a seu público.

Entretanto, algumas metáforas analisadas neste trabalho são difusoras de vocabulário científico. O uso dessas metáforas científicas pelos jornalistas, muitas vezes, podem produzir um resultado ambíguo ou de imprecisão.

De acordo com as palavras de Nilce Sant'Anna (2000, p. 102):

Digamos apenas que as metáforas têm o poder de apresentar as ideias concreta e sinteticamente, podendo não só intensificar como dissimular os fatos. Na atribuição de juízos de valor ela se presta admiravelmente ao exagero, quer na exaltação, quer na depreciação, e tem um papel importante na expressão da ironia. A não ser na linguagem científica [...], ela está em todos os usos da linguagem, com os mais variados graus de expressividade e impacto. E mesmo as metáforas mais pobres, mais desgastadas, sempre indicam que o falante tenta dar às suas palavras um mínimo de emoção e vivacidade.

No caso das metáforas científicas, por um lado, haverá uma difusão de certo vocabulário que poderia facilitar a aprendizagem informal de certos conceitos. Por outro, o uso metafórico implica que o sentido técnico não está sendo necessariamente respeitado. Ou

seja, embora o uso metafórico contribua para que um termo científico seja mais usado ou conhecido pela população, também contribui para que tais termos sejam usados de forma equivocada no contexto técnico. Os sentidos metafóricos poderiam interferir com a aprendizagem ou a fixação do sentido técnico do termo no contexto da aprendizagem formal.

Exemplo, **na matéria 3**: “Com a taxa de investimento a 17%, a gente não vai crescer a 5%. A gente precisa aumentar isso, é uma das nossas grandes preocupações”. (CORREIO BRAZILIENSE, 2014, p.12)

O caso da frase acima seria, então, um exemplo tanto do efeito facilitador, como de interferência produzido por metáforas cotidianas. Ou seja, um termo técnico pode ser construído com base em termos totalmente coloquiais, o qual, neste caso, terá um sentido técnico. “A economia não vai melhorar” foi substituído de forma coloquial para “a gente não vai crescer”.

O uso de metáforas é extremamente comum em quase todos os tipos de linguagens. Todos nós usamos metáforas, não apenas como recurso expressivo, para tornar nosso discurso mais comunicativo ou claro, mas, sim, porque o pensamento e o ato da cognição são profundamente metafóricos.

Com a análise das matérias, foi possível perceber que as metáforas agem mentalmente e, na essência, são construções argumentativas. Entretanto, explicá-las é bastante complexo, pois é preciso buscar o sentido que o jornalista/escritor quis conceber. No caso do jornalismo econômico, também foi possível identificar que as metáforas são construções argumentativas porque as construções metafóricas encontradas pretendem persuadir ou argumentar em favor da nova definição da expressão, originando encadeamentos argumentativos que lhe dão sentido. A análise do *corpus* demonstrou que a ocorrência

metafórica no jornalismo econômico é ampla e significativa e que tem como principal funcionalidade estruturar um conceito em termos de outro, com o intuito de facilitar a compreensão do leitor. Essa funcionalidade justifica-se pelo expressivo uso das metáforas estruturais no objeto de análise.

Diante do exposto, é preciso estar atento às metáforas tanto em nossa fala, quanto na nossa escrita. Torná-las visíveis e criticá-las é importante, uma vez que elas também podem confundir, constranger, limitar e enganar nossos pensamentos.

4.3 A gramática

Nas matérias analisadas, foram poucos os erros gramaticais identificados. Os jornalistas, em geral, apresentaram muito cuidado nas questões ortográficas. Os mais recorrentes foram problemas relacionados à coesão e à coerência textuais, que representam outro problema em relação ao sentido do discurso.

Toda mensagem deve ser inteligível, diz Cohen (*Structure du langage poétique*, p. 105-6). Garcia (2006, p. 33) defende que cada qual é livre para dizer o que quer, mas sob a condição de ser compreendido por aquele a quem se dirige. Linguagem é comunicação e nada é comunicado se o discurso não é compreendido.

a ausência de gramaticalidade muito precária significa ausência de inteligibilidade. Mas a simples gramaticalidade, o simples fato de algumas palavras se entrosarem segundo a sintaxe de uma língua para tentar comunicação não é condição suficiente para lhes garantir inteligibilidade” (GARCIA, 2006, p. 34).

Garcia (2006, p. 35) conclui ainda que não basta que a frase seja gramatical para ser inteligível. Importa ainda que ela preencha outras condições, apresente outras características, entre as quais, sobressaem as que apontamos a seguir com propósito

exclusivamente didático. Importa, enfim, que ela, além da condição de gramaticalidade:

1. Exclua duplicidade de informação (ambiguidades léxicas).
2. Exclua tautologias nulificadoras de significado, inclusive as que resultam da ignorância da significação de determinada palavra.
3. Exclua incongruências (incompatibilidades, impertinências, incoerência) semânticas.

A maior parte das matérias analisadas está em conformidade com as regras gramaticais, mas partes delas não são inteligíveis, como, por exemplo, a **matéria de número 4** (matéria completa no anexo):

Após dois trimestres seguidos de queda da atividade, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) avalia que o maior número de dias úteis e a base de comparação muito baixa vão favorecer o crescimento no terceiro trimestre, mas não o suficiente para recolocar o Produto Interno Bruto (PIB) em trajetória positiva, devido a entraves estruturais. (VALOR ECONÔMICO, 2014, A4)

Apesar de o jornalista não ter cometido nenhum erro gramatical, o texto não oferece comunicação eficiente, nem inteligibilidade, devido à falta de compreensão do que se quer dizer.

Figura 4 – Ibre prevê estagnação no terceiro trimestre



4.4 Estrutura textual

Segundo Garcia (2006, p.287), em geral, escrevemos à medida que as ideias nos vão surgindo. Contudo, como nosso raciocínio nem sempre é lógico, ocorrem lapsos, hiatos e deslocamentos extremamente prejudiciais à clareza do texto. Para evitar esse inconveniente, torna-se necessário planejar o desenvolvimento das ideias, pondo-as em uma ordem adequada ao propósito da comunicação.

Ainda de acordo com Garcia, a correção gramatical é, sem dúvida, uma das mais importantes qualidades do estilo, mas nem sempre a mais importante: uma composição pode estar absolutamente correta do ponto de vista gramatical e revelar-se absolutamente inapropriada. Os defeitos mais graves em um texto decorrem menos dos deslizes gramaticais que das falhas de estruturação da frase, da incoerência das ideias, da falta de unidade, da ausência de realce.

A coesão, a coerência e o encadeamento de ideias é que garantem um texto claro objetivo e compreensível. O ideal é que todas as suas partes estejam interligadas e o conjunto consiga mostrar ao leitor uma informação consistente, objetiva e clara, que dão fluência e lógica ao texto. A **coesão** é uma articulação entre as várias partes do texto, um processo que permite que se recuperem tanto termos já referidos em outras frases, quanto em outras sequências textuais. Essa articulação é chamada de rede de relações, que responde pelo sentido geral do texto. Assim, as marcas coesivas permitem ao leitor se orientar pelo caminho da leitura, facilitando-lhe a compreensão geral do texto e das ideias nele contidas.

A **coerência textual** é uma exigência de estabelecer sentido ao texto, de investir na progressão de ideias e no desenvolvimento de raciocínio lógico, ou seja, a coerência textual permite construir uma unidade semântica que construa um texto progressivo e sem contradições, um texto que traga informações compatíveis com os dados da realidade e com o

leitor a quem ele se destina. Diretamente relacionado à coerência textual, está o **encadeamento lógico de ideias**, que garante, ao texto, clareza e adequação de termos e de ideias, garantindo uma progressão na leitura.

Em algumas matérias analisadas, também foi possível encontrar falta de coerência entre as ideias, dificultando obter unidade de clareza na informação. No exemplo da **matéria 5** (matéria completa no anexo), é possível encontrar um texto com toda a sua estrutura imprecisa, demonstrando tanto falta de coesão, como de coerência, além de ausência de lógica nas ideias. Cito os três primeiros parágrafos do texto:

Os mercados de capitais estão ‘mais ou menos certos’ sobre os rumos da política monetária americana, ao prever uma elevação dos juros por volta de meados do ano que vem, mas a Federal Reserve vai se guiar pelos dados econômicos, reiterou na quinta-feira o vice-presidente da instituição Stanley Fischer. Se os números forem diferentes do que projetado pelo Fed, o Banco Central Americano dirá coisas diferentes, afirmou ele, ao participar de um debate sobre a economia global. ‘Não é complicado’.

Questionado sobre qual a sua definição de ‘tempo considerável’, Fischer disse, não sem ironia, que é algo ‘entre dois meses a um ano’. Em sua primeira entrevista coletiva como presidente do Fed, Janet Yellen afirmou que, para ela, ‘um tempo considerável’ significa algo ‘como seis meses’. Na época isso foi considerado uma gafe por vários analistas, por Yellen ter sido específica. O Fed tem dito em seus documentos que os juros vão continuar inalterados por um ‘tempo considerável’ depois de encerrar o processo de compra de ativos, o que deve ocorrer depois de outubro.

Fisher afirmou ainda que a alta de juros do EUA deve ocorrer de modo relativamente lento.” (VALOR ECONÔMICO, 2014, p. C1)

A matéria mostra-se bastante vaga, sem linhas argumentativas, nem recursos conectivos que possibilite mais lógica e clareza ao texto. O encadeamento das ideias é ineficiente. Durante toda a leitura do texto, é difícil chegar a uma conclusão do que se quer dizer. Percebe-se que há imprecisão na estrutura inteira do texto e que sua ideia principal está totalmente obscura por uma linguagem desconexa e extremamente técnica. Há dificuldade de entendimento em quase todos os parágrafos.

É importante ressaltar que o **parágrafo** é de fundamental importância na composição da estrutura textual. No caso do jornalismo, o primeiro parágrafo da matéria vai

determinar a continuidade ou não da leitura pelo leitor. É no primeiro parágrafo que o fato mais relevante deve estar centrado, contextualizado e posto de forma entendível, caso contrário, há grande possibilidade de o leitor, automaticamente, desinteressar-se pelo texto. Garcia (2006, p. 220) explica que a unidade de composição do parágrafo deve ser “suficientemente ampla para conter um processo completo de raciocínio e suficientemente curta para nos permitir a análise dos componentes desse processo, na medida em que contribuem para a tarefa da comunicação”.

Neste estudo, foi possível identificar, em todas as matérias, algum problema textual, muitos deles já no primeiro parágrafo. Esses problemas acabam causando, no leitor, um sentimento de frustração diante da a leitura.

4.4.1 Neologismos no discurso do jornalismo econômico

Na análise, também foi possível evidenciar a presença constante de **neologismos**. O neologismo é uma função importante na linguagem de especialidade, no caso, da economia, de se criar, recorrentemente, novas palavras devido à abundância de novas atividades e conceitos relacionados à área. Em outras palavras, as unidades neológicas respondem à necessidade de nomear novas realidades (objetos, conceitos, processos) anteriormente inexistentes. Para Preti (1998, p. 119),

O léxico [em comparação com a sintaxe] melhor se presta a mostrar as transformações sociais de uma comunidade e se constitui na parte menos conservadora de uma língua. Vocábulos que surgem e desaparecem, num processo contínuo e natural de neologia e obsolescência, são o reflexo mais perfeito das mudanças sociais.

No caso das matérias econômicas, pode verificar-se que a maioria das unidades neológicas é constituída por estrangeirismos ou por empréstimos. Essa importação de palavras merece alguma reflexão por trazer problemas em relação ao léxico. Muitos dos neologismos

encontrados são estrangeirismos do inglês. Podemos intuir que um dos motivadores é a importância da economia americana para o restante do mundo, bem como a consolidação crescente do inglês como língua global. Ou seja, podemos dizer que as potências detentoras de maior poder divulgam, exportam e impõem sua língua aos países de menor potencial econômico. Entretanto, alguns estudiosos da língua não consideram o estrangeirismo ou mesmo o empréstimo com naturalidade, nem como soberania político-econômica. Faraco (2004) confere ao estrangeirismo uma suspeita de identidade alienígena, carregada de valores simbólicos relacionados aos falantes da língua que origina o empréstimo.

Durante muito tempo, o termo “estrangeiro” foi considerado um vício de linguagem, um fator de empobrecimento linguístico. Essa noção ainda resiste.

Palavra ou expressão de origem cujo uso é um dos erros contra a vernaculidade da nossa língua, e só poderá ser aceito se não existir na língua portuguesa um vocábulo que traduza essa mesma ideia. (ROCHA, 1997, p.22)

De acordo com Bechara (2001, p. 599):

De modo geral, os estrangeirismos léxicos repartem-se em dois grupos: os que se assimilam de tal maneira à língua que os recebe que só são identificados como empréstimos pelas pessoas que lhe conhecem a história [...] mas há os que facilmente mostram não ser prata de casa, e se apresentam na vestimenta estrangeira [...] ou se mascaram de vernáculos [...] o termo empréstimo abarca essas duas noções e se aplica tanto aos estrangeirismos léxicos quanto aos sintáticos e semânticos.

Neste estudo, trabalhamos o neologismo por empréstimo, que se refere ao termo advindo de outra língua sendo utilizado frequentemente pelos usuários da língua importadora. O emprego frequente de um determinado termo estrangeiro é um dos critérios que fazem com que esse estrangeirismo evolua para o empréstimo. Se, ao ser importada, uma palavra passa a ser muito veiculada pela imprensa e muita utilizada nos atos de fala, o falante da língua

importadora passa a não mais senti-la como externa à sua língua, começando a vê-la como palavra integrante do seu acervo lexical. Assim, classificaremos como estrangeirismos todas as unidades que ainda não sofreram adaptação ao português, ou seja, são registradas em sua forma original, e empréstimos linguísticos aquelas que já estão adaptadas ao nosso sistema, seja por adaptação fonológica, seja por adaptação morfológica ou semântica, não causando, assim, estranhamento em relação à palavra.

Figura 5 – Câmbio pode ajudar dívida pública



Fonte: (Valor Econômico, 17/10/14 pg. C12)

Como exemplos de estrangeirismos podemos citar os termos seguintes identificados:

- *Swap* [cambial] e *Rating* [agências]. (**Matéria 6** - Valor Econômico, 17/10/14, p. C12)
- *Fed* [Federal Reserve], *Dow Jones* [índice], *Yeld* [retorno]. (**Matéria 5** - Valor Econômico, 10/10/14, p. C1)
- *Commodities* [mercadoria]. (**Matéria 7**- O Globo, 26/10/2014.)
- *Superávit* [primário]. (**Matéria 8** - O Globo, 26/10/2014, p. 61)
- *Hedge* [cambial] (**Matéria 9** – Valor Econômico, 17/10/2014, p. C12)

Esses termos estrangeiros são usados como comunicação entre especialistas da área econômica e utilizados para a circulação de conhecimento desse campo e nesse sentido, conclui-se, que o jornalismo econômico ainda não encontrou palavras brasileiras que produzam exatamente o mesmo sentido e grau de equivalência para essas expressões estrangeiras. Além disso, esses termos são tidos como facilitadores de uma linguagem/comunicação internacional que se aplica a várias línguas.

4.5 A ideologia marcada no jornalismo econômico

No geral, o discurso do jornalismo econômico não preenche os requisitos de neutralidade, de imparcialidade e de objetividade tão adotados pelos jornalistas, mas demonstra, sim, projetos de poder e é intensamente marcado por ideologias. Bourdieu (1987, p. 1997) considera o universo do jornalismo um campo que está sob pressão do campo econômico por intermédio do índice de audiência ou, no caso dos jornais, da venda dos exemplares por meio de assinaturas e em bancas. Esse campo, muito fortemente sujeito às

pressões comerciais, exerce, ele próprio, uma pressão sobre todos os outros campos como estrutura.

Podemos dizer que, além das ideologias pessoais do jornalista e das empresas de comunicação, o discurso econômico também está amplamente marcado pelo modelo neoliberal, chamado também de ortodoxo, o qual é defendido pela maioria dos economistas e financistas econômicos. Esse modelo neoliberal apresenta-se socialmente por meio de um discurso de bases racionais, afirmado com base em modelos estatístico-matemáticos segundo os quais o estado é ineficiente, improdutivo, gastador e corrupto.

Kucinski (2000) aponta como principais traços permanentes da ideologia do jornalismo econômico a escolha do capital e seu processo de acumulação como objeto central de preocupação – e não do homem –, o otimismo noticioso e o descaso com questões estruturais. Essa escolha decorre da ideologia de livre mercado em suas várias manifestações, desde o marginalismo até o neoliberalismo.

No que diz respeito à linguagem, muitas vezes, os repórteres preferem ligar o gravador a debater uma linguagem que, no geral, não compreendem. Como resultado, o conteúdo noticioso passa a ser o relatório do “economês”, que a fonte-cientista defende. Uma fonte que ouse criticar o modelo econômico predominante (neoliberal/ortodoxo) é estigmatizada por seus pares como retrógrada e obsoleta (BATISTA, 2004, p. 8).

Em termos práticos, os economistas e financistas neoliberais abastecem, diariamente, os jornalistas com estudos de cunho técnico, recheados de números, de gráficos e de projeções, sempre seguidos de comentários e de interpretações. Daí um discurso profundamente ideológico e revestido de léxicos técnicos, como exemplifica, os termos citados da **matéria 10** do anexo, como: “ajuste sazonal”, “Produto Interno Bruto”, “recessão técnica”, “estagnação da economia”, “sinais de volatilidade”, “baixo crescimento”, “trajetória declinante”, entre outros termos do “economês”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linguagem jornalística econômica foi estudada, nesta pesquisa, no âmbito dos pressupostos da ADC e da Revisão Textual, com a finalidade de entender como está estruturado atualmente o discurso desse gênero textual. As análises e os comentários em cada um dos capítulos anteriores pretendem-se suficientes para ilustrar em que medida o objetivo – investigar as peculiaridades linguísticas e estruturais do gênero jornalismo econômico impresso – foi atingido. Por meio da Revisão Textual, foi possível identificar que o conteúdo do jornalismo econômico imprime uma série de falhas relativas à norma culta e forte ideologia neoliberal em seu discurso.

Assim, mais do que conclusões definitivas sobre resultados, buscamos resumir os principais pontos abordados, apresentando considerações críticas sobre alguns aspectos que compõem a linguagem do jornalismo econômico, foco deste estudo. Espera-se, com isso, que este estudo possa, em primeiro lugar, indicar a necessidade de se repensar a linguagem desse gênero textual porque, diante das teorias estudadas e das análises alcançadas, foi possível concluir que a linguagem é um dos maiores problemas do jornalismo econômico, visto que ele deve se dirigir a dois públicos distintos: os especialistas e a população em geral.

Há um paradoxo nessa missão do jornalismo econômico: certo descontentamento por parte do público segmentado, que vê as matérias, muitas vezes, como superficiais; e inacessibilidade por parte da população em geral, que se sente prejudicada pela linguagem complicada e inevitavelmente técnica usada no discurso econômico. O que se defende neste trabalho é que existe uma grande diferença entre o texto jornalístico de assuntos cotidianos em contraposição ao jornalismo de especialidade. Ou seja, o jornalista de pautas econômicas na construção de seu discurso deve empregar termos e estruturas bem diferentes das palavras

e das construções usadas no jornalismo de pautas habituais como saúde, educação, transporte entre outras.

No caso do jornalismo econômico, a dissonância entre os discursos pode causar frustração para o leitor, tendo em vista a linguagem árdua do texto econômico. Termos estranhos e desconhecidos, o excesso de números e de gráficos encontrados constantemente nas matérias econômicas, muitas vezes, dificultam uma comunicação simples, clara e direta. A informação econômica é, a todos, fundamental para a tomada de decisão tanto em níveis individuais, quanto coletivos. Porém, a especificidade dos temas e a forma como são abordados fazem com que a maioria dos leitores descarte as páginas ou os cadernos de economia dos jornais simplesmente porque não veem relação com seus cotidianos. Assim, podemos observar, nas matérias analisadas, a necessidade de se repensar a estrutura dessa linguagem, pois, para compreendê-la em sua essência, é necessário um ensino especializado.

Podemos dizer que a forma como atualmente o texto econômico é construído inviabiliza o acesso à leitura por pessoas leigas, voltando-se, principalmente, para um grupo que designamos de “elite intelectual”. O léxico encontrado nesses discursos, em sua maioria, conta com um volume de conhecimentos ou de expressões que um auditório geral não parece dominar. O jornalismo econômico não tem um entendimento automático e precisa ser mais trabalhado pelo escritor, o qual deve se valer de palavras-chaves para tornar a leitura mais amena e compreensível para todos os públicos de leitores.

Nesse contexto, a revisão de texto seria a melhor forma de corrigir essas falhas. De acordo com Garcia (2006, p. 6), comunicação é pensar, é encontrar ideias, coordená-las, concatená-las e expressá-las de maneira eficaz, isto é, de maneira clara, coerente e enfática. Ainda de acordo com esse autor, há diversos processos que variam conforme a natureza do assunto e a finalidade da exposição, mas, qualquer que seja ele, a preocupação maior do jornalista deve ser sempre a de fundamentar, de maneira clara e convincente, as ideias que

defende ou expõe. Por exemplo, apesar da generalidade, da vagueza, da ambiguidade, entre outras formas de indeterminação serem consideradas inerentes à linguagem natural, é preciso evitá-las nos textos econômicos ou ao menos descobrir meios que as organizem no texto de forma que não sejam percebidas pelo leitor e nem atinjam a essência e a clareza do discurso.

Entretanto, tendo em vista as várias atividades do jornalista – estudar a pauta, ouvir a fonte e escrever a matéria em um prazo curto – a função da revisão deveria ser de um profissional revisor, mais apto a se afastar da pessoalidade do texto, atuando com foco somente na estrutura e discurso da matéria. Na prática, a revisão poderia atuar, por exemplo, na clareza dos textos, explicando os termos desconhecidos do discurso popular, mas necessários ao contexto, usando, por exemplo, apostos explicativos, expressões coloquiais ou palavras menos especializadas.

As descrições definidas são recursos que também podem trazer mais proximidade do texto à realidade do leitor. Lyons (1980, p. 149) diz que:

o termo ‘descrição definida’ liga-se ao fato de podermos identificar um referente, não só nomeando-o, mas também fornecendo ao leitor uma descrição suficientemente pormenorizada, no contexto de enunciação particular, que permita distingui-lo de todos os outros indivíduos no universo do discurso.

Pode-se dizer que a descrição definida entra justamente em ação quando um termo, palavra ou nome não é capaz de fazê-lo. Por exemplo, referencial do tipo “sistema financeiro nacional” tem referente abstrato porque não se encontra com facilidade no mundo físico. Logo, deve ser trazido ao concreto no texto não destinado a especialistas. Segundo Rouchota (1994, p. 465),

o conteúdo descritivo de uma descrição indefinida usada referencialmente não apenas ajuda o ouvinte (leitor) a encontrar o referente pretendido, mas também ajuda o ouvinte (leitor) a organizar o contexto em que o falante (escritor) pretende que seu enunciado seja interpretado e assim dá margem a efeitos contextuais que uma forma diferente de referir não teria atingido tão economicamente.

A revisão textual na abordagem de questões econômicas também pode selecionar conhecimentos relevantes que reduzam as incertezas dos leitores; pois é preciso referir-se à realidade econômica a fim de subsidiar o leitor com os conhecimentos necessários para fazer seus julgamentos e tomar suas decisões. Os textos jornalísticos econômicos têm consequências sociais e de ordem ideológicas, e a atuação do revisor na construção desse discurso pode ter um papel importantíssimo nos efeitos do entendimento e das atitudes da população no que diz respeito a questões econômicas.

Para Kato (1993, p.84):

A preocupação com a compreensão deve fazer o escritor esforçar-se para tomar seu texto legível, transparente, enquanto a preocupação com o efeito leva o escritor a ser atraente, interessante. Porém, o insucesso em uma dessas metas, por parte do escritor, afeta a legibilidade do texto, pois tanto o texto obscuro quanto o desinteressante prejudicam igualmente a leitura...

Assim, produzir uma matéria econômica funcional é um trabalho árduo para o jornalista. O autor precisa definir o que é relevante, relacioná-la ao que o leitor já domina sem deixar a informação cair na superficialidade, trazendo informações novas e despertando o interesse do leitor por todo o discurso ali posto. É possível concluir, portanto, que a linguagem do jornalismo econômico pode ser aperfeiçoada, buscando-se, para isso, técnicas da revisão de texto capazes de construir enunciados teóricos com discurso fundamentado e acessível para a população em geral.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, R.A.; SOUZA, E.C. *Obras Jornalísticas: Uma síntese*. Brasília: Vesticon, 2007.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BASTOS, J. L. *Meu rico Português: para cursos & concursos*. Porto Alegre: Age, 1997.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 7ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BHASKAR, R. *The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary Human Sciences*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.
- BLACK, M. "Vagueness". *Philosophy of Science* 4:427-55. 1937.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Trad. de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- COIMBRA, R. L. *Estudo Linguístico dos Títulos de Imprensa em Portugal: A Linguagem Metafórica*. 1999. 610 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Linguística Portuguesa - Doutorado) - Universidade de Aveiro, Portugal, 1999. Disponível em: <<http://sweet.ua.pt/~f711/tese.htm>>.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FINE, K. "Vagueness, truth and logic". *Synthese* 30(3-4):265-300. 1975.
- FIORIN, J. L. *Em busca do sentido*. São Paulo: Contexto, 2008.
- FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- GARCIA, O. M. *Comunicação em Prosa Moderna: Aprendendo a Escrever, Aprendendo a Pensar*. 26ª ed. São Paulo: FGV, 2006.
- GLOBO, L. *O livro da Economia*. São Paulo: Globo, 2013.
- HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotic*. London: Arnold, 1978.
- KATO, M. A. *Formas de funcionalismo na sintaxe*. 14ª ed. São Paulo: Delta, 1998.
- KOVACK, B.; ROSENSTIEL, T. *Os Elementos do Jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- KUCINSKI, B. *Jornalismo Econômico*. São Paulo: Edusp, 1996.
- LAGE, N. *A linguagem jornalística*. São Paulo: Ática, 1997.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: Educ, 2002.

LYONS, J. "Significado lexical: homonímia, polissemia, sinonímia", "Significado lexical: sentido e denotação". *Referência, sentido e denotação*. In: Semântica. Lisboa: Presença, 1980.

MALTA, L.R. *Manual do revisor*. São Paulo: WVC Editora, 2000.

MARCUSCHI, L. A. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONÍSIO, A.P; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.) *Gêneros Textuais e Ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

MARTINS, N. S. *Introdução à estilística*. 3º ed. São Paulo: T.A.Queiroz, 2000.

NECCHI, V. *A impertinência da denominação "jornalismo literário"*. Disponível em: <<http://www.adevento.com.br/intercom/2007/resumos/R0527-1.pdf>>.

PASSOS, E. S. R.; FONSECA, F. F. *Metáfora conceptual: uma análise da ampliação de sentidos nas edições online de jornais*. Disponível em: <www.cienciasdalinguagem.net/enelin>.

PULITI, P. A *Financeirização no Noticiário Econômico (1989-2002)*. São Paulo. Tese de Doutorado. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2009.

PRETI, D. *Língua, linguística e literatura*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

QUINE, W.O. *Word and Object*. Cambridge,Massachusetts, MIT Press, 1960.

RESENDE, V. M. *Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares*. Campinas: Pontes, 2009.

ROCHA, A. *Termos básicos de literatura, linguística e gramática*. Europa-América, 1997.

RODRIGUES, A. *Comunicação e Cultura*. A experiência cultural na era da informação. Lisboa: Presença, 1994.

ROUCHOTA, V. *The Semantics and Pragmatics of the Subjunctive in Modern Greek: a Relevance-Theoretic Approach*. Unpublished PhD Thesis: University College London, 1994.

RUSSEL, B. *Vagueness*. In: SLATER, J.G.(ed). *The collected Papers; Essays on Language, Mind and Matter*, London: Unwin Hyman, 1923.

SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

ANEXO A - MATÉRIA 1

(O Globo, 12/10/14, p. 33).

Domingo 12.10.2014

O GLOBO 33

Economia

miriamleitaoo@oglobo.com.br

MÍRIAM LEITÃO



COM MARCELO LOUREIRO

Ofensa sem sentido

Não haveria política social que funcionasse sem a vitória sobre a hiperinflação, e ela foi derrotada por economistas que são do PSDB ou que se identificam com o partido. O salário mínimo começou a se recuperar a partir da estabilização; os programas de transferência de renda foram possíveis por causa do real. As políticas sociais do PT têm méritos, mas o debate eleitoral criou uma dicotomia inexistente.

Não há os reacionários ortodoxos de um lado e os desenvolvimentistas de esquerda do outro. Temos no cenário político dois partidos da social-democracia com diferenças importantes nas escolhas econômicas, mas com simbioses e complementariedade em outros pontos.

Não há conflito entre política fiscal controlada e recuperação da renda das pessoas. Ao contrário. É o descontrole fiscal que leva à inflação, o mal que corrói a renda. No primeiro ano do governo do PT, em 2002, o ministro Antonio Palocci fez uma política fiscal contractionista, elevando o superávit primário, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, subiu os juros. Fizaram por ortodoxia ou por necessidade?

O pânico que impedia que brasileiros, como explicou Arminio Fraga, comprassem títulos da dívida do Tesouro derivava do discurso despropositado que o PT defendera até então. Dois anos antes, importantes líderes petistas haviam abraçado a causa do plebiscito sobre pagar ou não a dívida interna. Dado que ela é constituída pelos depósitos de brasileiros em produtos financeiros lastreados em títulos do governo, evidentemente houve reação. O dólar disparou, o juro subiu, a inflação se elevou e o governo Fernando Henrique tomou junto ao FMI um empréstimo que teve 80% de seu valor sacado no mandato de Lula, criando um colchão de reservas sem o qual teria sido muito difícil o início do novo governo.

Esta foi a história que eu vi se desenrolar no dia a dia da cobertura dos fatos econômicos. Sei que foi assim não por ouvir dizer, mas por ter acompanhado cada momento. A reação Palocci-Meirelles permitiu superar o medo criado exatamente pelas atrapalhadas opções retóricas. Depois do ajuste feito em 2003, o país pôde crescer nos anos seguintes com a inflação controlada e chegando a alguns momentos até a ficar abaixo do centro da meta.

O que houve neste governo na economia está nos números divulgados pelos próprios órgãos oficiais, IBGE, Banco Central, Tesouro: o governo cumpriu 1% da meta fiscal do ano em oito meses, a inflação estourou o teto da meta, o crescimento do PIB desapareceu, a balança comercial está deficitária, e o rombo externo, das transações correntes, chega a US\$ 80 bilhões. O país está numa situação precária e terá que passar por um novo ajuste no início do próximo governo. Caso contrário, quem vencer as eleições perderá a chance de fazer o país crescer nos seus quatro anos de mandato. Não será possível retomar o crescimento sem um novo ajuste, que se tornou obrigatório após os erros cometidos pela atual política.

A irracionalidade do debate e as manipulações dos números e fatos exasperam quem acompanha a economia brasileira há tantos anos e sabe o contexto de cada dado e momento.

O desemprego baixo é uma excelente notícia, mas suas bases vêm sendo corroídas pelos desajustes fiscais e monetários que este governo permitiu. O emprego na indústria já está em queda há cinco meses, mostrou o IBGE na sexta-feira.

O recuo do percentual de pobres e miseráveis é outra excelente notícia. Mas de que maneira a queda poderia ter sido construída num país com a hiperinflação que o PSDB domou? A propósito, o ministro Aloizio Mercadante mostrou os bons números da redução da pobreza em entrevista ao jornal "Valor Econômico" de sexta-feira. Disse que o percentual de pobres caiu de 34,4% para 15,9%. Maravilhoso. Mas cabem dois adendos. No resuminho de programa que a presidente Dilma divulgou, por determinação do TSE, está dito — e a candidata repetiu em entrevistas — que ao fim do governo FHC eram 54% os pobres. O dado certo é o de Mercadante, o mesmo do Ipeadata. O segundo detalhe oculto é que a estabilização, em 1994, produziu a primeira forte queda, de 45% para 34%.

Há diferenças entre os dois partidos, mas não é a luta entre reacionários e progressistas. Há uma crise séria, produzida aqui dentro, que o governo, ocupado em agredir a oposição, ainda não disse como enfrentará. ●

Os pontos-chave

- 1 Luta entre reacionários e progressistas é falsa. Partidos divergem sobre a forma de enfrentar a crise
- 2 Sem a estabilização não teria sido possível recuperar o salário mínimo nem reduzir a pobreza
- 3 Ajustes fiscal e monetário no começo do governo Lula permitiram o crescimento dos anos seguintes

oglobo.com.br/economia/miriamleitaoo

ANEXO B - MATÉRIA 2

(Valor Econômico, 17/10/14, A11)

Sexta-feira, 17 de outubro de 2014 | Valor | A11

Mercados se ajustam a um cenário menos otimista

Após uma calmaria de meses, os mercados financeiros iniciaram mais uma etapa de ajuste de preços dos ativos, cuja profundidade e duração são, por natureza, incertas. Em uma visão otimista, a correção de rumos é uma resposta a evidentes exageros na avaliação de riscos, como alternativa ao retorno pequeno ou inexistente dos ativos considerados seguros, como os títulos do Tesouro americano. Na hipótese pessimista, a reavaliação indica um mal-estar geral com a situação da economia mundial, que estaria perdendo fôlego e caminha para um período prolongado de crescimento baixo. Nesse caso, as bolsas americanas deixarão de ter o comportamento exuberante que tiveram nos últimos meses e os rendimentos dos títulos do Tesouro de longo prazo encolherão. A agitação dos mercados envolve apostas sobre o calendário da normalização monetária americana, indicando eventual postergação da época para a elevação dos juros.

Alertas combinados do Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, OCDE e recentes dados sobre o desempenho da zona do euro, da China e dos países emergentes cristalizaram um contraste agudo com o clima desanuviado dos mercados financeiros. Uma mudança de rumos teria de ocorrer para modificar a situação insustentável de alta simultânea dos ativos de riscos e dos seguros. O chamado para a ação viria, esperava-se, com a proximidade do início da alta dos juros pelo Fed.

Curiosamente, os mercados reagiram à sua maneira impulsiva ao fenômeno contrário, o da possibilidade de que a economia americana possa não resistir ao peso combinado de estagnação na zona do euro, declínio da expansão em muitos países emergentes e ameaça de crescimento bem menor na China. Ontem, quando os rendimentos dos títulos do Tesouro dos EUA de 10 anos fecharam em 2,13% (3% no início do ano) os "fed funds" sinalizaram aposta majoritária, em torno de 60%, para um aumento dos juros só em dezembro de 2015 — e algo como 40%, em 2016.

Sinais emitidos pela economia americana deixaram no ar alguma ambiguidade. As

mas muito fortes em agosto. A produção industrial subiu acima das expectativas, 1%, no mesmo mês. O que deveria resolver as dúvidas, o número de pedidos de ajuda por desemprego caíram e apresentaram a menor média desde abril de 2000. O livro bege do Fed, sobre o pulso das atividades econômicas, não apresentou nada que pudesse tirar o banco central do roteiro tentativamente traçado.

E, no entanto, a outra ponta das preocupações do Fed, a da inflação, torna-se mais insegura. Há um profundo desconforto de parte dos investidores e analistas com os sinais de uma onda deflacionária, que se reforçaram recentemente. Não apenas a zona do euro confirmou sua vizinhança da taxa zero, com o índice de setembro, de 0,3%, repetindo o do mês anterior. Os títulos do Tesouro protegidos da inflação indicam que ela caiu abaixo de 1,5%, nível próximo do qual, em vezes anteriores, foram acionadas rodadas de "quantitative easing". Mesmo na China, a inflação anual caiu para 1,8% em setembro, a menor desde janeiro de 2000.

Pressões deflacionárias nos EUA eram esperadas a partir do fortalecimento do dólar, mas agora estão recebendo reforço global com a queda rápida dos preços do petróleo e continuidade do arrefecimento das cotações das demais commodities. A demanda não encolheu apenas com a desaceleração controlada da China, a grande formadora de preços, e da Europa, como também de outros países emergentes, como Brasil e Rússia. Exceto os EUA, o crescimento não está se acelerando em vastas regiões da economia global, mostrando excesso de capacidade produtiva e possíveis novas quedas de preços à frente.

Como as economias emergentes, que ajudaram a abreviar a recessão mundial logo após crise de 2008, não têm mais força de impulso agora, há dúvidas relevantes se os EUA podem cumprir quase que isoladamente esse papel. A Alemanha, que tinha semelhante missão na zona do euro, pode ter sucumbido à mediocridade do crescimento circundante e, como exportadora, à pasmaceira global. O cenário mais provável ainda é de crescimento global importante, empurrado pelos EUA. Mas isto acontecerá em ambiente de estagnação e riscos de deflação em partes importantes do globo. A volatilidade dos mercados pode ter

ANEXO C - MATÉRIA 3

(Correio Braziliense, 19/10/14, p.12)

12 • Economia • Brasília, domingo, 19 de outubro de 2014 • CORREIO BRAZILIENSE

NÓS A DESATAR/ Expansão da atividade econômica perde fôlego e mina a confiança de empresários e consumidores. Saída do marasmo está nos investimentos produtivos

Hora de reencontrar a rota do crescimento

» PAULO SILVA PINTO

Houve épocas em que o crescimento econômico do Brasil fazia inveja a todos. Um desses momentos foi durante o regime militar, no governo do general Emílio Médici. Outro, faz pouco tempo. Em cada um dos quatro anos do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2007 a 2010), a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) superou a média da América Latina e do mundo — mesmo no auge da crise, quando a economia encolheu, o recuo brasileiro foi menor do que o dos demais países. De lá pra cá, porém, esse avanço já foi todo corroído. Nos últimos 10 anos, incluindo o período de bonança, a média anual do país é de 3,2%, inferior à dos nossos vizinhos (3,6%) e à global (3,4%).

No primeiro trimestre de 2014, o PIB caiu 0,2%. No segundo, 0,6%. Com a variação negativa em dois trimestres seguidos, o Brasil entrou, tecnicamente, em recessão. E as perspectivas não são de melhora, pelo menos não para logo. Os índices de confiança desabaram, sinalizando que os agentes econômicos estão temerosos com o futuro. Sem perspectivas de melhora, os empresários engavetaram projetos de expansão da capacidade produtiva.

A taxa de investimentos cai há quatro trimestres seguidos, com redução acumulada de 11,2%. Na última conta, a formação bruta de capital fixo, nome que se dá para os recursos direcionados ao aumento da qualidade e da quantidade do que se produz, ficou em 16,5% do PIB, abaixo da previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o desempenho do Brasil em 2014. É muito pouco na comparação com outros países e mesmo

Marcha lenta

Crescimento anual do PIB em relação ao ano anterior (em %)

Ano	Brasil	América Latina	Mundo
2003	1,1	2,0	4,0
2004	5,7	6,2	5,4
2005	3,2	4,6	4,9
2006	4,0	5,6	5,6
2007	6,1	5,8	5,7
2008	5,2	3,9	3,0
2009	-0,3	-1,3	0
2010	7,5	6,0	5,4
2011	2,7	4,5	4,1
2012	1,0	2,9	3,4
2013	2,5	2,7	3,3
2014	0,3	1,3	3,3

Investimento em relação ao PIB

Ano	Brasil	América Latina	Mundo
2003	15,8	18,8	22,3
2004	17,1	20,0	23,1
2005	16,2	19,8	23,4
2006	16,8	20,8	24,1
2007	18,3	21,6	24,7
2008	20,7	22,9	24,6
2009	17,8	19,9	22,6
2010	20,2	21,0	23,7
2011	19,7	21,3	24,3
2012	17,5	20,5	24,5
2013	18,1	20,4	24,5
2014	17,0	20,0	24,8

Fontes: Banco Central, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial.

é dos melhores. Quando Dilma assumiu, por exemplo, essa taxa estava em 18%.

O investimento favorece o crescimento de diferentes modos. Ao comprar novos equipamentos ou construir instalações, o empresário consome mais, injetando recursos da economia. Mas também, e sobretudo, faz com que a empresa seja capaz de oferecer produtos melhores e mais baratos ao mercado. A falta de apetite para apostar no futuro mostra que há pouca gente contando com a melhora da situação

são só os analistas do mercado, mas também os do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), órgão do governo federal.

O presidente da entidade, Sergei Soares, classificou semana passada a falta de investimentos como "nó muito difícil de se resolver". Ele avisou que, independentemente de quem ganhar o próximo governo, esse será um tema central para a retomada do crescimento. "Com taxa de investimento a 17%, a gente não vai crescer a 5%. A gente precisa au-

Indefinição

Para o economista Claudio Porto, presidente da Macroplan, é preciso criar ambiente que atraia o capital externo. "O Brasil tem baixa taxa de poupança, então tem de pensar nos fluxos globais. O fundamental é ter boas oportunidades de negócio, e no Brasil não falta isso mas com regras claras e previsibilidade", aponta.

Uma reaproximação à ortodoxia na condução da política macroeconômica, com maior segurança no cumprimento do chamado tripé (superávit primário, inflação dentro da meta estabelecida e câmbio flutuante), ajudaria a renovar a credibilidade do país, na avaliação de Porto. São preceitos que o governo atual não abandonou, mas vem cumprindo com menor rigor.

O economista Luiz Gonzaga Belluzzo, professor de economia da Unicamp, vê na preocupação com esses preceitos, ao contrário, uma dificuldade para o país crescer mais. "Não é possível adotar câmbio flutuante em um país que tem uma moeda não conversível. Ninguém fecha um contrato de exportações em reais assim como não é possível chegar com dinheiro brasileiro nos Estados Unidos e trocar por dólares no aeroporto".

O câmbio apreciado e volátil, nota Belluzzo, impede que a indústria brasileira tenha maior competitividade para vender produtos no exterior, derrubando o crescimento do país. No segundo trimestre, a queda de 0,6% do PIB foi puxada pela da indústria, que desabou 1,5%, na quarta redução seguida. "A situação da economia mundial não é a mesma de quando construímos

ANEXO D - MATÉRIA 4

(Valor Econômico, 24/10/14, A4)

A4 | Valor | Sexta-feira, 24 de outubro de 2014

Ibre prevê estagnação no terceiro trimestre

Arícia Martins
de São Paulo

Após dois trimestres seguidos de queda da atividade, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) avalia que o maior número de dias úteis e a base de comparação muito baixa vão favorecer o crescimento no terceiro trimestre, mas não o suficiente para relocalizar o Produto Interno Bruto (PIB) em trajetória positiva, devido a entraves estruturais.

Na edição de outubro do Boletim Macro, o grupo de conjuntura do Ibre estima que o PIB ficou praticamente estagnado de julho a setembro, com recuo de 0,1% em relação aos três meses anteriores, com ajustes sazonais. A projeção para 2014 também é de expansão quase nula: foi revisada ligeiramente para baixo, de 0,2% para 0,1%.

Segundo Silvia Matos, coorde-

nadora técnica do boletim, a dificuldade para voltar a crescer é maior em um cenário de desaceleração dos serviços, setor que permaneceu aquecido mesmo durante a crise de 2009, mas, agora, dá sinais de fraqueza. Para o Ibre, a atividade dos serviços subiu 0,5% entre o segundo e o terceiro trimestres, mas Silvia destaca que, em 2014, a expectativa é de avanço de 0,9%. Se confirmada, esta seria a menor alta anual dos serviços desde 2003, quando aumentou 0,8%.

"A indústria tem problemas de competitividade e seu desempenho depende do mundo e do câmbio, mas os serviços dependem da demanda interna", diz a economista. Para ela, a perda de fôlego do mercado de trabalho afetando o consumo das famílias e, consequentemente, o segmento "outros serviços", segmento que vinha contribuindo positivamente para a atividade nos últi-

mos anos. Nele estão os serviços prestados às famílias e empresas.

Ainda do lado da oferta, os economistas do Ibre sustentam que não houve influência positiva que não a dos serviços para o PIB do terceiro trimestre: sem safras de maior relevância colhidas no período, a entidade calcula que a agropecuária tenha encolhido 0,4% no trimestre. Para a indústria projeta-se retração de 0,7% — mais fraca do que o tombo do segundo trimestre, de 1,5% — mas ainda puxada pelo setor de transformação, que deve recuar 0,5%.

Silvia diz que o efeito negativo transitório causado pela Copa do Mundo, com mais feriados em junho e julho, foi normalizado, mas o setor manufatureiro segue afetado pelo nível de confiança empresarial muito baixo, pelos estoques excessivos, principalmente na indústria automobilística e, principalmente, pelos problemas estruturais. "Não há nada que diz que o

patamar da indústria está mudando. A Argentina segue em recessão e as famílias não estão mais comprando bens duráveis. Os problemas vão continuar", afirma.

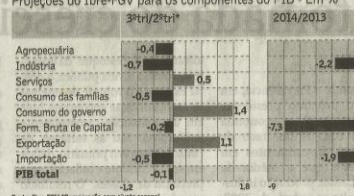
Para os pesquisadores, a perda de ímpeto da demanda tem importância central no desaquecimento da economia, diante do esgotamento da capacidade de expansão do crédito. Para chegar a essa tese, Silvia e o economista Vinícius Botelho decomparam, no boletim de outubro, a evolução da disponibilidade orçamentária da desde 2009 entre a trajetória real do crédito e da renda disponível.

Foram analisados a soma da variação mensal do saldo de crédito total e a massa salarial ampliada disponível, conceito que inclui, além do rendimentos do trabalho, benefícios previdenciários e transferências de renda, excluindo o recolhimento do Imposto de Renda e contribuições previdenciárias.

Os cálculos mostram que, de

Atividade fraca

Projeções do Ibre-FGV para os componentes do PIB - Em %



setembro de 2013 até junho, o desempenho do crédito foi negativo em quase todos os meses, enquanto o mercado de trabalho e as transferências governamentais ofereceram praticamente a mesma contribuição observada nos últimos anos à disponibilidade orçamentária, avançando ao ritmo de cerca de 4% em 12 meses. Para Silvia, parte do comportamento negativo do crédito é explicada pela alta dos juros, mas o recuo também é fruto da postura

mais cautelosa dos bancos, te das incertezas da econom

Por isso, a contração de projetada para o consumo d mílias entre o segundo e o te trimestres é vista pela econo como perda de vigor mais p assim como a queda de 0,2% vista para a Formação Bruta (FBCF, medida das tas nacionais do que se inves máquinas e construção civil variação esperada para as it tações de bens e serviços (-0,1

ANEXO E - MATÉRIA 5

(Valor Econômico, 10/10/2014, p.C1)

Valor

Sexta-feira, 10 de outubro de 2014 C1

Política monetária Para vice do Fed,
alta das taxas será relativamente lenta

Mercado está 'mais ou menos' certo sobre juro, diz Fischer

Sergio Lamucci
De Washington

Os mercados de capitais estão "mais ou menos certos" sobre os rumos da política monetária americana, ao prever uma elevação dos juros por volta de meados do ano que vem, mas o Federal Reserve vai se guiar pelos dados econômicos, reiterou na quinta-feira o vice-presidente da instituição, Stanley Fischer. Se os números forem diferentes do que o projetado pelo Fed, o banco central americano dirá coisas diferentes, afirmou ele, ao participar de um debate sobre a economia global. "Não é complicado."

Questionado sobre qual a sua definição de "tempo considerável", Fischer disse, não sem ironia, que é algo "entre dois meses e um ano". Em sua primeira entrevista coletiva como presidente do Fed, Janet Yellen afirmou que, para ela, "um tempo considerável" significava algo como "seis meses". Na época, isso foi considerado uma gafe por vários analistas, por Yellen ter sido muito específica. O Fed tem dito em seus documentos que os juros vão continuar inalterados por um "tempo considerável" depois de encerrar o processo de compra de ativos, o que deve ocorrer depois de outubro.

Fischer afirmou ainda que a alta dos juros nos EUA deve ocorrer de modo relativamente lento.

A fala do vice-presidente do BC

americano veio um dia após o mercado acionário ter se animado com a ata do Fed, divulgada na quarta-feira. Os investidores viram no documento uma sinalização de que a esperada elevação da taxa de juros americana poderia demorar mais que o projetado para ocorrer, o que deu novo alento às bolsas, com as ações subindo de forma generalizada em Wall Street.

Ontem, a resposta do mercado foi inversa. Além de Fischer, o mercado reagiu a declarações sobre política monetária de outro integrante do Fed, James Bullard, que comanda a regional de St. Louis. Bullard disse acreditar que o aumento da taxa básica de juros nos EUA deve acontecer antes do que o mercado espera, ainda no primeiro trimestre de 2015.

No fim do pregão, o índice Dow Jones marcava baixa de 1,97%; o S&P 500 recuou 2,07%; e o Nasdaq perdeu 2,62%.

Fischer, que participou de uma série de eventos em Washington, sugeriu que a economia dos EUA está melhorando, mas reconheceu que o banco central identificou algumas áreas de preocupação para a estabilidade financeira do país. Ele disse que os movimentos das moedas estão refletindo o que ocorre com a zona do euro e os EUA. "Isso é totalmente apropriado", afirmou. Com os EUA crescendo mais rápido e o Fed planejando o primeiro aumento dos juros, o dólar tem se valorizado com força em relação ao

euro, num cenário em que a economia europeia cresce muito pouco e a política monetária deve seguir expansionista por muito tempo.

Fischer disse ainda que os EUA podem crescer razoavelmente bem mesmo num cenário em que o mundo avança a taxas modestas, com alguma desaceleração na China e a Europa avançando muito lentamente. Segundo ele, seria obviamente melhor se o mundo estivesse avançando a um ritmo

mais forte e estável, mas mesmo assim os EUA, se administrarem bem a sua economia, conseguirão crescer a um ritmo razoável.

O juro da T-note (título do Tesouro americano) de dez anos caiu a 2,327% ontem, segunda sessão seguida em que o "yield" (retorno) alcançou o menor nível desde junho de 2013. Os juros dos títulos se comportam de forma inversamente proporcional aos preços.

Na Europa, o dia também foi

negativo nas bolsas. A divulgação de mais um indicador econômico decepcionante na Alemanha elevou a aversão ao risco. Dados oficiais mostraram que as exportações alemãs recuaram 5,8% em agosto. Além disso, alguns dos principais institutos do país cortaram sua estimativa de crescimento para este e o próximo ano. A bolsa de Londres fechou com desvalorização de 0,78%. (Colaborou Gabrielle Moreira, de São Paulo)

ANDREW HARRIS/REUTERS

ANEXO F - MATÉRIA 6

(Valor Econômico, 17/10/14 pg. C12)

Câmbio pode ajudar dívida pública

De São Paulo

O governo tem uma carta na manga para, ao menos, encerrar este ano e os quatro da gestão Dilma Rousseff atenuando as críticas pela condução da política fiscal: o câmbio. A depreciação de 9,5% do real na comparação com o dólar em setembro derrubará a dívida líquida em cerca de R\$ 70 bilhões. Este será o efeito da variação da moeda sobre a dívida líquida, que não cairá isso tudo porque outros fatores exercerão pressão oposta.

"O déficit nominal será pressionado por juros, swaps cambiais e um novo déficit primário. Em setembro, o governo paga a metade do 13º salário dos aposentados", informa Fernando Montero, economista-chefe da Tullet Prebon Brasil. Na prática, porém, o resultado líquido é a forte queda da relação Dívida/PIB que poderá ser capitalizada pelo governo junto ao mercado e agências de rating.

"O Governo Dilma esgrimia até recentemente o primário (ar-

tificial) e uma Dívida/PIB baixa como sinais de solidez fiscal. Abandonado o resultado primário — quase zerado este ano — e minimizando uma dívida bruta elevada, restou-lhe a dívida líquida", comenta Montero.

O câmbio, que pode dar uma força na política fiscal com sua variação intensa, é o mesmo que multiplica reais, ativa a liquidez nos bancos e mantém o Banco Central em ação, acionando as compromissadas como instrumento de gestão de liquidez. Com a compra ou venda temporária de títulos federais de sua carteira, o BC recolhe ou injeta dinheiro em circulação. Essas intervenções são normais a um banco central, mas não em montante próximo a US\$ 400 bilhões ou a 50% do saldo da dívida pública.

Felipe Salto, da Tendências Consultoria, também especialista em finanças públicas, vê a expansão acelerada das compromissadas como consequência da elevação do custo de financiamento da dívida pública (na qual se incluem as compromissadas),

já que o prazo médio dessas operações é bastante curto. "Essa expansão é reflexo, a meu ver, de um problema que se origina no Tesouro. A estratégia de colocação de títulos prefixados a um custo baixo não tem surtido o resultado esperado, não tem encontrado demanda suficientemente elevada e o mercado acaba no 'guiché' do BC. E o BC cumpre o papel de evitar o excesso de moeda e, portanto, o distanciamento da taxa do mercado aberto em relação à meta Selic."

A concentração de dinheiro no curto prazo, entende Salto, revela também a péssima qualidade da política fiscal. "O mercado confia cada vez menos na política econômica adotada pelo atual governo. Embute, portanto, juros elevados para o futuro e, com isso, acaba demandando remuneração excessivamente elevada para financiar o setor público. É por esse motivo que o Brasil voltou a sustentar uma despesa com juros novamente na casa de 5% do PIB e um déficit nominal da ordem de 4% do PIB."

O economista da Tendências não

vê operações compromissadas equivalentes a quase 20% do PIB — onde chegarão em janeiro de 2015 — um motivo de preocupação. E entende que a preferência pelo curto prazo é mais o reflexo de um problema maior — desmonte da política fiscal em vigor entre 1999 e 2007 — do que uma questão em si. "O BC melhoraria a gestão das compromissadas e reduziria a sua exposição se houvesse um setor público menos expansionista em operação na economia nacional".

O economista Márcio Garcia, da PUC-Rio, concorda que a concentração de moeda no curto prazo não é um problema. "Os investidores vivem comparando taxas de rentabilidade para entrar na aplicação mais atraente. Se o Tesouro oferecesse em leilão títulos com prazos mais curtos, ou pagasse mais pelos prazos mais longos, a concentração seria reduzida. Mas o Tesouro não quer comprometer as estatísticas". Garcia considera um equívoco cortar o estoque de LFT enquanto o saldo das compromissadas dispara. (AB e LP)

ANEXO G - MATÉRIA 7

(O Globo, 26/10/2014)



ANEXO H - MATÉRIA 8

(O Globo, 26/10/2014, p. 61)



ANEXO I - MATÉRIA 9

(Valor Econômico, 17/10/2014, C12)

Renda fixa Com busca por liquidez, em 3 meses bancos quadruplicam posição em operações compromissadas

Aplicação no BC atinge recorde de R\$ 920 b

Angela Bittencourt e Lucinda Pinto
De São Paulo

O dólar foi a vedete da eleição de 2002 que consagrou a chegada da esquerda ao poder no Brasil, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência. Em surtos consecutivos de alta, o dólar ameaçou a economia com tamanha desorganização que o PT afiançou a "Carta aos Brasileiros" — documento que sancionou a manutenção do tripé macroeconômico herdado da administração do PSDB de Fernando Henrique Cardoso — junto ao setor privado. Neste ano, graças ao clima de incerteza que impera na economia, o real se tornou o abrigo seguro, inclusive, para grandes investidores estrangeiros.

A menos de duas semanas para o segundo turno da eleição presidencial, é compreensível a insegurança de todos. Nas últimas pesquisas, Dilma Rousseff, candidata à reeleição pelo PT, e Aécio Neves, pretendente pelo PSDB, estão em empate técnico. Não foi sempre assim.

O interesse em manter dinheiro ao alcance da mão durante um ano eleitoral marcado pelo nervosismo, em evidente transformação no cenário político interno e com poucos avanços nas condições econômicas domésticas produziu uma concentração brutal dos investimentos no curto prazo. Preferência que é manifestada pela expansão de compras temporárias de títulos públicos da carteira do

Banco Central (BC) pelos bancos, que assumem o compromisso de revender os papéis em determinada data e recebem em troca juro próximo à Selic. São as chamadas operações compromissadas.

Em menos de 90 dias essas aplicações saltaram R\$ 230 bilhões, para R\$ 920 bilhões, confirmando mais um recorde. Em março, o estoque estava em R\$ 651 bilhões — de lá para cá, o avanço, portanto, foi de 41,3%. Um marco simbólico será alcançado em 1º de janeiro de 2015 — dia da posse do presidente da República —, quando as compromissadas devem totalizar R\$ 1 trilhão, aproximando-se de 20% do Produto Interno Bruto (PIB).

As operações compromissadas do BC com o mercado explodiram nos últimos quatro anos, saltando de 10,6% do PIB em janeiro de 2011 para 18,2% do PIB em 1º de outubro de 2014, quando o saldo dessas aplicações basicamente de curto prazo atingiu R\$ 900 bilhões. É por isso que, crescendo ao ritmo de dois pontos do PIB a cada dois meses, as compromissadas avançam para R\$ 1 trilhão, calculou, a pedido do Valor, o economista José Roberto Afonso, pesquisador do IBRE/FGV.

Afonso alerta que o peso das operações compromissadas já elevou a dívida bruta acima de R\$ 3 trilhões pela primeira vez e a 60% do PIB. Pela expansão dessas operações curtas, a dívida bruta deve fechar outubro acrescida em dois pontos, voltando ao mesmo patamar de cinco anos atrás, no auge da crise financeira global. "Com a diferença que agora não há a mesma crise lá fora", diz o economista, que recorda ser o saldo das compromissadas comparável a 3,3% do PIB ao fim de 2006, tendo saltado 11,6 pontos do produto até agosto deste ano, para 14,9%. Neste mesmo período, as reservas internacionais cresceram 8,9 pontos, enquanto a dívida mobiliária em mercado encolheu em 4,2 pontos, e a base monetária em 0,5 ponto.

A quantidade espetacular de dinheiro encastelada no curto prazo, que desde abril é remunerada a taxa próxima a 11% ao ano — patamar em que a Selic permanece por decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) —, tem duas origens já consideradas "clássicas": resgate de títulos da dívida pública que eventualmente não são substituídos pelo Tesouro Nacional e atuações do BC

no mercado cambial, quando entrega reais na liquidação de operações. Na década de 2000, o BC comprou ano após ano dólares no mercado à vista, pagando reais aos bancos que aplicavam esses recursos em títulos públicos no BC. Boa parte do saldo de US\$ 370 bilhões das reservas cambiais do país foi obtido dessa forma.

Nos últimos anos, o BC se afastou do mercado à vista de dólar e assumiu o papel de provedor de hedge cambial por meio de derivativos, lançando contratos de swap cambial na BM&FBovespa — onde assume o risco da variação do preço do dólar contra o mercado que assume o risco da oscilação da taxa de juro contra o BC. As diferenças entre as variações são ajustadas diariamente e em dinheiro. Considerando que a posição de swaps do BC se aproxima de US\$ 100 bilhões em mercado, os ajustes de preços têm efeitos monetários importantes. A desvalorização do real ante o dólar, de quase 9,5% em setembro, obrigou o BC a transferir mais de R\$ 18 bilhões ao mercado, apenas para os ajustes dos contratos de swap cambial.

Afonso, do IBRE, reconhece essas influências, algumas inclusive sazonais, para ampliar a liquidez nos bancos, mas não minimiza a importância da garantia de rentabilidade em prazos de aplicação tão curtos em um país onde a inflação em 12 meses mira 7%. "Se o BC está precisando tirar dinheiro de circulação, esterilizar a moeda, é porque algo até então representado por um título, uma aplicação, um registro virtual e contábil, foi

convertido em moeda. A ação do BC é só consequência, desdobramento, que nós, economistas, chamamos de monetização", afirma o economista, que alerta para o fato de este fim de ano não diferir substancialmente do fim de 2002.

14. o temor era o desconhecimento em relação ao que seria o governo eleito. Aqui, o pavor é com um governo reeleito e muito bem conhecido e sem emitir qualquer sinal de que pretende mudar. Quando a incerteza se radicaliza, o setor privado — dos bancos às empresas e famílias — corre para o dinheiro. Na economia moderna, dinheiro não é apenas mais base monetária, mas muito mais dívida pública. Na economia brasileira, cada vez mais parcelas da dívida pública se transformam em operação compromissada, que tende a render tanto quanto os papéis emitidos pelo Tesouro, acima de algumas aplicações privadas, e ainda tem duas vantagens imbatíveis — liquidez absoluta e garantia plena — porque, por meio delas, o BC revende títulos do Tesouro que estavam em sua carteira", diz Afonso.

O real se tornou tão irresistível a gregos e baianos, especialmente com a percepção certa de que o Brasil caminharia para a mais emocionante e imprevisível eleição da era republicana, que até as empresas — historicamente discretas quando distantes do investimento na produção — neste ano, até agosto, segundo dados do BC, aplicaram R\$ 189 bilhões em operações compromissadas do BC. No ano, as companhias não-financeiras elevaram em R\$ 50 bilhões os financiamentos

temporários em títulos do governo. Até janeiro de 2011, até agosto de 2014, portanto durante o governo Dilma, o estoque de aplicações do BC no mercado de títulos públicos das empresas no BC cresceu R\$ 120 bilhões.

ANEXO J - MATÉRIA 10

(Valor Econômico, 17/10/2014, A3)

SEALA-TEIRA, 17 de outubro de 2014 Valor A3

Juliana Elias, Ana Concelção e Eduardo Campos
De São Paulo e Brasília

O IBC-Br, índice de atividade econômica divulgado pelo Banco Central, apontou expansão de 0,27% em agosto ante julho, na série com ajuste sazonal, depois de ter registrado crescimento de 1,52% em julho. O comportamento do indicador, que serve de termômetro para o Produto Interno Bruto (PIB), praticamente confirmou a expectativa, entre economistas, de que a economia brasileira voltará para o terreno positivo no terceiro trimestre, depois de, de acordo com o PIB oficial, ter caído 0,1% e 0,6% no primeiro e no segundo trimestres, respectivamente.

Mas mesmo as projeções mais otimistas apontam para um trimestre fraco — elas vão de 0,1% a não mais que 0,5% para o período de julho a setembro, o que, embora interrompa a "recessão técnica" do primeiro semestre, não deixa de confirmar uma trajetória oscilante e de quase estagnação da economia.

"O trimestre, mesmo que ligeiramente positivo, deve crescer muito pouco. A atividade continua dando sinais de volatilidade, de fraqueza, e neste e no próximo anos pelo menos, é difícil imaginar que se quebre esse ciclo de baixo crescimento", disse Flávio Serrano, economista-sênior do banco Besi Brasil, antigo Banco Espírito Santo.

A projeção do Besi para o IBC-Br no trimestre julho-setembro é de alta de 0,6% ante os três meses anteriores. Para o PIB, o crescimento estimado é de, no máximo 0,3%, resultado que mal

Índice do BC aponta expansão de 0,27% da atividade em agosto

Flávio Serrano, economista-sênior do Besi Brasil: "É difícil imaginar que se quebre esse ciclo de baixo crescimento"

Oscilação
Evolução da atividade econômica pelo IBC-Br (índice 100 = 2002)

Período	Índice
Jan 2013	144,89
Abr	146,89
Jul	146,89
Out	146,89
Jan 2014	146,89
Jun	144,15
Ago	146,73

Fonte: BC. Série dessazonalizada.

recupera a queda de 0,6%, registrada no segundo trimestre.

"Apesar do resultado positivo, é a quinta queda consecutiva na comparação interanual", diz a economista-chefe da Rosenberg & Associados, Thais Zara. "Se olharmos para o indicador de uma forma mais ampla, vemos que continua em uma trajetória declinante."

Na comparação com agosto do ano passado, na série sem ajustes, a atividade medida pelo IBC-Br ficou 1,35% menor. No acumulado do ano, houve queda de 0,11%, na comparação com os mesmos meses de 2013. Em 12 meses, foi registrada alta de 0,88% sem ajuste sazonal (0,93% com ajuste).

Segundo Thais, mesmo que o desempenho de setembro seja zero, os resultados dessazonalizados de agosto e de julho já garantiriam um crescimento de 0,5%, pelo IBC-Br, no terceiro trimestre. Já o PIB deve voltar para o terreno positivo, mas em algum número abaixo de 0,5%. Para o ano, a previsão da Rosenberg & Associados é que o PIB cresça 0,3%.

A média móvel trimestral do IBC-Br, cálculo mais utilizado para se medir tendência, também apresentou alta pela primeira vez em cinco meses. Considerando os dados com ajuste sazonal, houve aumento marginal de 0,1% nos três meses encerrados em agosto em relação aos três meses encerrados em julho, quando foi verificada queda de 0,19% sobre os três meses imediatamente anteriores.

"Setembro deve ter desempenho parecido com o de agosto e, só com isso, já podemos saber que não haverá contração da atividade", diz José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator.

A estimativa do banco é que o PIB cresça 0,14% no terceiro trimestre sobre o segundo trimestre, e encerre o ano com alta de 0,3%. "Não será um crescimento

robusto, mas pelo menos mostra que a atividade parou de piorar. Não imagino que crédito, comércio, agricultura e outras coisas vão ainda ficar pior. Será uma lenta melhora", diz Gonçalves.

O Itaú Unibanco divulgou ontem o indicador mensal de atividade econômica, que cresceu 1% em agosto sobre julho, feitos os ajustes sazonais. De um total de dez indicadores que compõem o cálculo, sete registraram expansão, entre eles construção civil (3,5%), indústria extrativa (2,4%) e agricultura (2,2%). Comparado ao mesmo mês do ano passado, o PIB medido pelo Itaú teve queda de 1,6% e, em 12 meses, acumula expansão de 0,9%.

O Itaú espera crescimento do PIB em setembro, puxado pelo maior número de dias úteis do que o normal para o mês. "Esperamos que a atividade econômica tenha expansão moderada em setembro, o que está em linha com nossa avaliação de estagnação ou pequeno crescimento do PIB no terceiro trimestre", disse a instituição em seu relatório. Para o ano, o Itaú espera crescimento de 0,1%.

